

- A herança colonial e o desafio da integração
Peter Karibe Mendy 3
- Partido único e poderes tradicionais
Raul Mendes Fernandes 21
- Os desajustes do Programa de Ajustamento
Filomena Embaló 51
- A tensão entre a escrita e a oralidade
Wilson Trajano Filho 73
- A ajuda económica como instrumento político:
uma perspectiva histórica
Fafali Koudawo 103
- Agricultura e resistência na história dos
Balanta-Bejaa
Cornélia Giesing 125
- Documentos
Ofício do Comandante de Farim à Secretaria
do Governo da Guiné (1895) 179
- Notas de leitura
Bissau – Estratégias de sobrevivência numa
cidade da África Ocidental, de Josef Kasper
Johannes Augel 191
- Actividades do INEP 195

AGRICULTURA E RESISTÊNCIA NA HISTÓRIA DOS BALANTA-BEJAA

Cornélia Giesing

Será que, numa perspectiva de longa duração, a planificação dos recursos teria sido a base e a linha mestra da orientação prática, visando a auto-afirmação política e económica do conjunto da comunidade balanta desde o século XVII até à época das guerras de independência? E as especializações intra-étnicas seriam uma parte de um "projecto macro-social" a longo prazo, tendo desempenhado um papel de destaque para o processo contínuo da etnogénese e da elaboração da identidade balanta?

Resumo histórico: no contexto da dominação

Os Bejaa e os Becanja vivem nas zonas fronteiriças do Senegal e da Guiné-Bissau e, desde o século XIX, deixaram de ser identificados por estrangeiros como uma unidade (Bertrand-Bocandé 1849). A sociedade ajaa é descrita na bibliografia como um caso limite insólito entre Mandingas e Balantas.

Parte-se da existência de um processo de conversão de Balantas para Mandingas (mandinguização). Diferentemente do que geralmente se supõe, a mandinguização dos Bejaa não é, porém, um processo linear e poderia ser melhor descrita como um "estado flutuante" entre diversas identidades. Esta situação de

flutuação existe pelo menos desde o século XIX, e remonta seguramente à época em que entre os Bejaa ainda não eram significativas as influências islâmicas organizadas ou militantes. As formas políticas dos Bejaa são interpretadas por uns como constituindo uma excepção de tipo monárquico entre os Balantas, claramente “acéfalos”, e por outros, porém, como estruturas descentralizadas, idênticas às dos demais Balantas (ver da Mota 1948:51-2; Péliissier 1966:517 e segs.; Handem 1985:6 e segs.).

Os Bejaa e os Becanja parecem viver numa situação de transição, facto que se foi acentuando ao longo da história e exigia cada vez mais uma escolha entre diferentes formas de vida. Ao longo deste processo, houve Balantas que se tornaram Mandingas e, no caso inverso, o número de Bejaa/Becanja aumentou através da conversão de membros de outras comunidades.

A “principal característica” dos Bejaa seria um estado de transição e de oscilação entre várias identidades.

Historicamente, os Bejaa estavam “em Kaabu”, uma vez que – como camponeses altamente produtivos e exportadores de produtos alimentares e outros como peles, cera e derivados da palmeira e borracha – ocupavam os pontos chave das trocas que tinham lugar no curso médio e superior do rio Cacheu (ou rio de S. Domingos), antes de Farim, importante ponto de conexão do comércio internacional (escravos e cola) (ver Lemos Coelho 1953:6 e segs.; 1684/1953:156 e segs.). A partir daqui, os Bejaa abasteciam Farim e Cacheu de géneros alimentícios, e ao mesmo tempo detinham o controle do tráfico entre estes pontos. Eles estiveram também “em Kaabu”, porque pelo menos segmentos desta comunidade participavam parcialmente nas estruturas políticas ligadas à dominação de Kaabu.

Os próprios Bejaa têm lendas sobre a sua origem que os ligam a Tiramakan, a figura patriarcal fundadora dos Kabunkes, os quais dominaram até o século XIX (Diagne 1933; Handem 1985).¹ Os Bejaa referem-se igualmente nas suas tradições de

¹ Em geral, quando se parte das terras de origem de todos os Balantas completa-se, por outro lado, a ligação com Tiramakan através das árvores genealógicas que fazem parte da tradição dos Kabunkes. Uma delas descreve a organização territorial do Kaabu, a qual remonta a Tiramakan (Luís Correia Garcia, *Antwort zur ethnographischen Erhebung*, 1946, em da Mota 1980:153). Tiramakan tinha cinco filhos, o que correspondia às cinco províncias do Kaabu: Chanha, Tumana – que se contam entre as primeiras fundadas –, e Sama, Propana, Jimara – as três províncias do Nyancho que compunham o Mansake. Além destes cinco filhos, ele tinha dois sobrinhos. Um deles respondia por Gâmbia, o segundo, com o nome de Isla Djata, representava Mansoa, e especialmente os Mansoancas. Os Mansoancas constituem até agora uma dimensão

origem a Koli Tenguela, o lendário dirigente fula, também de ascendência mandinga. Ele é a figura fundadora da dinastia Denianke de Futa Toro (Senegal), que teria tido um dos centros de dispersão em Badyar, onde também são localizadas as origens dos dominadores mandingas, e a partir de onde, segundo as lendas mandingas, Tiramakan teria conquistado Kaabu aos monarcas banhuns (Babael Mané, K:401, 1988; sobre Koli Tenguela, ver Sire Abbas Soh 1913; da Mota 1970; Boulègue 1987:156 e segs.). Os Bejaa vêm as suas origens também no Futa Jalon (Labé, Timbo). As províncias (Diwal/Diwe) do Futa Jalon sob dominação fula viviam principalmente do tráfico de escravos e rivalizavam com Kaabu (Barry 1988).

Yaya Sambakan, de Faja/Birkama, afirma (1990/1) ter escutado de um fula em Gabú o seguinte sobre a história dos Balantas:

Os Balantas e os Fulas viviam antigamente em harmonia em Popadana (Popodara em Labé, a leste de Tuba?). Ambos pertenciam à mesma etnia. No entanto o hábito dos Balantas de roubar gado era muito arraigado. Eles também não se queriam deixar converter ao islamismo. Visto que os ferreiros fulas forjavam instrumentos de trabalho para eles, o trabalho dos Balantas era facilitado. Ao serem solicitados alguns jovens para colaborar na construção de uma mesquita indo buscar madeira, estes aproveitaram a ocasião para fugirem para Mansoa através do curso superior do rio Geba. O nome

completamente desconhecida entre os Brassa, Bejaa e Oinkas no centro de Mansoa. As suas ligações com os Bejaa ainda estão por estudar. A citada tradição dos Kabunkes relata que, para o Kaabu, Mansoa era considerada zona fronteiriça. Além disso dá a Mansoa, como entidade política, a mesma categoria que a Gâmbia (provavelmente reporta-se aos pequenos estados da Gâmbia, tal como Niumi, Badibu, Kian, entre outros, que continham elementos da aristocracia de Kaabu (ver Wright 1978, 1979, 1980; Cissoko/Sambou 1974) e classifica-a como "sobrinha" isto é, subordinada.

Mansoa é também genealogicamente associada ao grupo dos soberanos nyanchos (Vellez Caroço 1948: 100-102). Os Nyanchos constituíam um grupo particular em Kaabu, que legitimava o seu direito exclusivo ao poder por meio da sua descendência matrilinear de uma mulher de origem misteriosa (ver também nota 3). Esta mulher tem, em todos os sentidos, um estatuto especial (Tariqh Bijine, I.K.K. 1988, K: 411; Malam Kalissa, Out. 1988/K: 417). As suas três filhas "não têm pai". Com elas cria-se uma nova ordem, através do casamento delas com os três Mansas das três províncias (Sama, Propana, Jimara) e só os seus descendentes se substituíam rotativamente no Mansaya central (Kansala). Mansoa fica assim ligada à linha da filha mais velha, a qual representa Sama, e assim aos primeiros dos Mansakeolu de Kaabu (Sama Koli), cuja irmã se casou com um residente de Mansoa. Com isso vem expressar-se novamente uma relação "tio-sobrinho".

do antepassado no tempo em que os Balantas viviam com os Fulas é Manga Bala Popadana (entrevista Pocola 90/91, T:320:21 e segs.).

Em todas as lendas conhecidas sobre as suas origens, os Bejaa/Becanja definem a sua relação com as figuras simbólicas das dominações mandingas e fula como uma relação entre senhores e escravos fugidos ou guerreiros renitentes, os quais, querendo libertar-se da sua dominação, lutaram pela autonomia e conseguiram-na como camponeses. Nisso assemelham-se aos grupos tenda de Badyar, no leste da Guiné-Bissau, do Senegal e na Guiné-Conakry (Youkounkoun) (Gessain 1963:47-48; Girard 1984:15 e segs.). Os Bejaa, Bassari e Koniagui estavam tanto “em Kaabu” como também “contra Kaabu”, no sentido que a sua génese e a sua planificação social parecem condicionadas pela resistência contra a dominação dos Kabunkes e outros.²

Os Bejaa tinham instituições monárquicas, cujo centro se localizava entre a margem sul do rio Cacheu e Armada, em Baiabo (Faja, Jaa) e, juntamente com Kasa em Casamansa, formavam um reino que é associado aos Banhuns e aos Mandingas (Kasangas), cuja capital, Birkama, foi destruída por volta de 1830 pelos Bejaa (Vallon 1862:458; sobre Kasa, ver Boulègue 1980). Almada descreve os contactos comerciais dos portugueses com Kasa por volta da segunda metade do século XVI. Ele observa que Kasa era súbdito do “*Farim chamado Cabo*” (BNL), isto é do dominador ou governador de Kaabu. Este, por sua vez, tinha acima de si o Mandimansa, que controlava vários portadores de tal título (*Farim, Faram*) (Almada 1594/1964:63 e segs., 70).³

² Os Bejaa e grupos dos Tenda, particularmente os Koniagui (ver De Lestrangre 1955) partilham tradições de origem e técnicas específicas de cultivo, como também modelos de dominação e um alto potencial de resistência contra a dominação. Eles localizavam-se simetricamente a Kaabu, e ambos eram refúgios para escravos e igualmente para os grupos que, ao longo do tempo, foram afastados do centro do Kaabu. Entre os grupos tenda, os Bassari, em particular, têm afinidades com a aristocracia nyantcho de Kaabu (Girard 1984:191), a qual faz remontar a sua árvore genealógica até uma “cova de toupeira” e confere à sua avó feições de uma mulher bassari (Tarikh Bijine, 1988; I. Koba Kassama). As tradições que elaboram estas afinidades trazem de modo evidente a marca dos Jakanke.

³ Os grupos dos portadores de títulos ao sul da Gâmbia eram, como as mais antigas fontes escritas europeias deixam presumir, hierarquizados de maneira complexa: do Mandimansa, passando pelo Farim, até o Faran e o chefe de aldeia. Quem é que constituía a respectiva instância superior, se o Senhor do Mali, Gao, Diara, entre outros, ainda está por ser investigado. Esta instância mais alta era sobretudo também uma categoria necessária, com a qual o sistema de dominação regional interno estava relacionado. Quando esta rede de referência deixou de servir, ou seja quando Kaabu se retirou dela e desenvolveu novas formas de legitimação, o título de

O primeiro documento conhecido sobre a ligação da monarquia ajaa com Kasa e dali com Kabu, encontra-se no relato de Lemos Coelho do século XVII e refere-se aos “reinos” dos Balantas na margem norte do rio Cacheu (1669/1953:36 e segs.; 1684/1953:154 e segs.). Embora estes pagassem tributos a Kasa, estavam contudo sob as ordens do monarca central em Baiabo.

Dos tributos dos Bejaa a Kasa há também menção em outros textos que se debruçam sobre a situação vigente no período de transição do século XVII para o século XVIII. Labat (ver La Courbe 1685/6 e Brüe por volta de 1700) refere-se a *toda* a comunidade balanta entre Geba e Cacheu (Labat 1728/v:194) e afirma que se tratava de tributos em ouro, que os Balantas nessa época pagavam a Kasa.⁴ Os Bejaa/Becanja deviam provavelmente, até ao século XVIII, tributos aos Kasangas, cuja influência diminuiu progressivamente com a ascensão de Kaabu, mas os quais conservaram a sua capital, Birkama, até ao século XIX.

Bertrand-Bocandé descreveu os rituais da monarquia de Baiabo (1849). Estes documentam o mesmo procedimento gradual na atribuição de “insígnias” – como era hábito nesta região, e como correspondia às várias camadas sociais e postos de funcionários, do chefe de aldeia (*Mansa*) até ao mais alto *mansa* (*Mandimansa*) –, que estendia a sua rede de mandatários da Senegâmbia até ao Futa Jalon.⁵ A investidura do monarca em Baiabo exprime, ainda no século XIX, uma relação com o território de Kasa, na outra margem do rio Cacheu, facto que pode ser considerado, como o fazem Bertrand-Bocandé e os seus informadores, como expressão de reivindicação do território kasa conquistado pelos Bejaa (1849:347), e também indica relações muito antigas com este território. Pelo menos a zona de Barro, situada em frente de Baiabo, já no século XVII fazia parte

detentor do poder (Farim) mudou também, ou seja este tornou-se um monarca autónomo (Mansake, Mansaba).

Tanto quanto é do meu conhecimento, este título aparece pela primeira vez como Mansaté, numa fonte europeia como Labat (Cf. Brüe c. 1700). Ao mesmo tempo, não é necessário que as estruturas ideológicas e dos títulos se tenham modificado ao mesmo tempo e da mesma forma que as transformações políticas que as provocaram.

Enquanto Kaabu se transformava no centro de uma estrutura abrangendo os antigos farinados, como Sankolla, Brassu, inicialmente na mesma categoria que Kaabu, integraram-se as tradições de poder de outros farinados na tradição de Kaabu, como esboços oposicionistas, que eram esquematicamente entendidos sob dicotomias tais como branco/preto, nyancho/Koring, mãe/pai, masculino/feminino (ver por ex. Jali Sussego 1988 K:404; Malam Kalissa, Out. 1988).

⁴ Sobre as fontes, ver Cultru 1913; da Mota 1974.

⁵ Ver nota 2.

da região balanta (reino de Bar; ver Lemos Coelho 1669-1684/1953). Bertrand-Bocandé descreve a monarquia e a investidura dos Balanta-Baiabo:

Ils [Os Balanta-Mané ou Bejaa/Becanja] ont même un gouvernement féodal, dont le roi de Baiab est le premier chef. (1849:325).

Le roi de Baiab donne le bonnet aux chefs des villages [...] lors de leur nomination, qui se fait suivant un ordre de succession; il reçoit d'eux un esclave et une génisse.

Ceux [estas aldeias] donnent le bonnet aux autres, et reçoivent six génisses. Le roi de Baiab est reconnu par les principaux, selon un ordre de succession. La première année de son règne, il se renferme dans sa case pendant un mois, se couvre la figure d'un pagne blanc, et ne se laisse voir à personne pendant ce temps. Il ne mange rien qui provienne du territoire de Baiab. Le riz, le miel, l'eau, tout va se chercher sur la rive opposé, près du Rio de bar, devant le Rio de Mbiia. Le bois, le feu, les vases, doivent également venir de là.

C'est en mémoire de ce que ses ancêtres après avoir fait serment de ne plus se servir de rien qui provient du territoire de Baiab, passèrent en cet endroit sur l'autre rive, et s'emparèrent du territoire de la Casamance. Par là, invisible sur le territoire de Baiab, ne se servant que de choses qui viennent du territoire de la Casamance, il prend possession des deux royaumes (1849:347-8).⁶

⁶ A descrição recorda os aspectos da monarquia de Kasa que descreve Almada (1594/1964:67; ver também Boulégue 1980). O rei de Kasa, Mansatamba, ocultava-se atrás de um pano branco nos momentos em que comia ou bebia em público. Um pano branco é utilizado durante a investidura do monarca em Birkama/Kombo (Innes 1976:119; cf. Bamba Suso). Birkama/Kombo teria sido fundada pelo mesmo monarca banhum que fundou Birkama/Kasa (Gana Sira Bana Biaye; cf. Roche 1976/1985:22).

A regra segundo a qual o monarca se encerrava é válida em toda a Senegâmbia, e também em Kaabu (Cissoko/Sambou 1974). O facto dele, como monarca de Baiab, só tomar refeições e bebidas e utilizar objectos vindos do território vizinho pode significar que este é ou seria o seu verdadeiro território. Este costume simboliza, como parte da *Muso-mansaya* na região de Segou (Mali), que o Mansa e o seu território são indivisíveis (Bazin, 1988). Que o Mansa não pode facilmente deixar o seu território sem provocar problemas, é também válido para os chefes (*Alama*), ou seja os homens grandes dos Balantas. Este facto provocou durante o tempo colonial mal-entendidos múltiplos e crises de autoridade.

Nos séculos XVIII e XIX, os Bejaa expandiram-se fortemente da margem sul do Cacheu em direcção a Casamansa. No processo desta expansão, incorporaram – como anteriormente – os Banhuns, cuja patronímia e toponímia adoptaram. Os Bejaa/Becanja partilham com os Banhuns, além de outros aspectos culturais, lendas que justificam a abolição da monarquia com a queda de um tirano (Roche 1976/1985:22, Diagne 1933:19; N'Diaye Correand 1970:141 e segs.; Lima 1985:11; entrevistas Fajacunda/Birkama 1990/1, T:320). Na figura deste tirano parecem convergir o último dos monarcas kasa e o último regente banhum, que foi vencido, segundo as tradições sobre “Kaabu Tiramakan”, pelo patriarca fundador dos regentes de Kaabu (I.K. Kassama, Bijine 1988, K:415).⁷

O acontecimento do assassinio do tirano é localizado por algumas tradições dos Bejaa em Indaya, perto de Bijine. Indaya pertence – segundo outras tradições – às primeiras conquistas dos Bejaa na margem direita do Cacheu e era originalmente, como quase todas as localidades à direita do rio Cacheu, território dos Banhuns (entrevistas Fajakunda 90/1, T:320). Indaya fica junto de Suar e Kissir, que Lemos Coelho no século XVII menciona como territórios balantas (“reinos”). As fronteiras entre os Banhuns e os Balanta-Bejaa/Becanja na margem direita são pouco nítidas. Isto indica um longo período de intensa penetração cultural recíproca.⁸

Além de Kasa, os Bejaa/Becanja referem-se a outros centros, ou seja dominações políticas, em que eram incluídos e que, tal como Kasa, estavam ligados a Kaabu. Sem que possa ser presumido um controlo político permanente, tais dominações encaixavam umas nas outras e pertenciam a uma cultura política comum.

⁷ Os nomes dos lendários monarcas banhuns que teriam governado durante o período anterior ao Kaabu no Alto Casamansa e Kaabu, recordam os patronímicos e títulos das linhagens dirigentes dos Koniaguís. “Tchikaré” aparece por exemplo como título do chefe da linha dos Biaye (Biayekunda) dos Koniaguís (Rançon 1894:332). “Ketchikor” aparece como nome de um antigo monarca banhum em diversas tradições orais dos Kabunkes (Cissoko 1980:198f.; cf. L. Sane de Kankelefa; I. K. Cassama de Bijine, K:415). O patronímico Biaye é considerado tipicamente banhum, adoptado pelos Bejaa ao longo das suas conquistas (Entrevistas Faja/Birkama T:320) e também difundido entre os Balanta-Brassa (*Ibidem*).

⁸ Na língua dos Bejaa (*fca*), os Banhuns são designados como *Be-ganjaa* (N'diaye Correand 1970:141 e segs.). Isso reforça a impressão de que os Bejaa e os Banhuns da margem direita do rio Cacheu uniram-se, e que este lento processo (rapidamente finalizado no séc. XIX) está relacionado com o facto de ambos terem sido reunidos numa unidade política.

Um dos centros com o qual os Bejaa associam a sua origem, é Samkolda-Berekolong (Bertrand-Bocandé 1849:325; Lima Handem 1985:7), que figura entre os territórios políticos antigamente mencionados nas fontes escritas sob a dominação de um *farim* no sul da Gâmbia, e que se cruza em parte com o território de Brassu (Diogo Gomes 1456/1959:39). Brassu coexistia em parte com Kaabu, e tinha provavelmente uma mais longa história política, cujos centros se situavam à direita do Geba. Kaabu abarcou temporariamente partes de Brassu. Donelha reporta, com referência à segunda metade do século XVI, que os “Cassangas, os Banhuns, os Bramos, os Balantas, os Beafares” seriam súbditos do *farim* Brasó (mandinga) (1625/1977:118).

A ligação dos Bejaa com a região entre Farim e o Alto Casamansa, como também com partes de Oio, manifesta-se não só nas tradições de origem de certos Bejaa, mas mostrava-se também, durante o século XIX, no facto de os Bejaa/Becanja abastados submeterem-se aos seus ordálios (mdg. *tali*, blt. *ntome*) junto aos Soninkes em Brassu (Hecquard 1853/1854:80).⁹ Pode-se tratar neste caso dos tais grupos entre os Bejaa que tinham adoptado o patronímico Mané ou outros patronímicos mandingas (Bertrand-Bocandé 1849:325).

A prática de alguns Bejaa de se submeterem fora dos seus territórios a uma forma de jurisdição (ordálios) significava o reconhecimento de uma autoridade que tocava os interesses internos dos Bejaa. Não é certo que se tratava de indivíduos ou grupos bejaa que estavam assim (no sentido mais lato) ligados ao poder de Kaabu. Caso se trate de grupos Mané, o que supomos, pode ser uma relação estabelecida antes dos Bejaa, a qual é atribuída a uma antiga entidade banhum. Uma parte do antigo território ba-

⁹ Hecquard apresenta-se como uma fonte problemática. Por um lado, ele relaciona as suas informações sobre os Balantas com os Fulas de Kolibentan (muçulmanos) enquanto por outro lado parece, sem mencioná-lo, seguir Bertrand-Bocandé (ver também Mark 1985:59 e segs.).

Os ordálios dizimaram em diversos períodos, particularmente no início deste século, as aldeias bejaa/becanja dos dois lados da fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau (Mac Laud 1912). As razões disto são, por um lado, a natureza anti-dominante e, por outro lado, os acontecimentos que ameaçavam fundamentalmente a economia dos Bejaa/Becanja, tais como diversas epizootias animais. O ordálio do veneno era muito difundido na Costa da Guiné, e era preparado com casca da *Erythroleum guineense*. O termo balanta é *n'tome/tom* (mandinga *tali*). Do séc. XVI ao séc. XIX a maioria dos observadores estrangeiros viram neste ordálio um meio consciente utilizado pelos poderosos para liquidarem os rivais ou potenciais rivais (ver por ex. Almada). Os *talis* que no início deste século envolveram os Bejaa/Becanja eram colectivos e muitas vezes efectuavam-se sob a direcção de indivíduos que não eram Bejaa/Becanja (ANS 13 G 381, 1912; relato Mac Laud, Ziguinchor, 6.7.1912, 7 e seg., sobre os *talis*).

nhum foi até conquistada pelos Bejaa, que se apropriaram de patronímicos banhuns como Mané, entre outros. Uma outra parte ficou com o Kaabu, pelo que é de supor que a fracção dos Mané dentro da aristocracia do Kaabu tem alguma coisa a ver com a herança banhum. Visto desta forma, muito do que indica uma ligação entre os Bejaa e Kaabu pode ser interpretado como um indício de uma entidade política entre os Banhuns, a qual antecedeu não só os Mandingas como também os Bejaa, mas da qual ambos herdaram certas estruturas.

Na Guiné-Bissau, os Bejaa/Becanja são conhecidos como “Balanta-Mané”, embora os membros desta comunidade pertencessem na sua maioria a outros grupos patronímicos.¹⁰ A situação é complicada pelo facto de os indivíduos e grupos poderem identificar-se por meio de vários patronímicos, os quais, através das conversões, frequentemente têm certas conotações relativas. Além disso, tais patronímicos, ou seja os seus equivalentes inter-étnicos, são utilizados em relação ao contexto, por exemplo para tornar compreensível ou “traduzir” uma identidade perante diferentes interlocutores, ou para melhor defender um interesse, seja perante interlocutores islâmicos, funcionários coloniais, etc. (nomeadamente no caso das exigências de tributo ou de imposto).

Enquanto que hoje os Bejaa outorgam certa importância às suas ligações com escolas corânicas e com os *moros* (marabus) em Casamansa e no leste da Guiné-Bissau (antigamente Kaabu), em que Mané e outros patronímicos são considerados islâmicos – assim como também *mandinga* em geral é conotado pelos Balantas com *muçulmano* –, no século XIX a componente islâmica da actual relação de significação Bejaa+Mandinga+Islão = Mané estava ainda a nascer. Assim podia Bertrand-Bocandé achar uma contradição no facto de os Bejaa se fazerem passar por muçulmanos, enquanto o seu nome Mané justamente torna clara a sua origem não islâmica. Ele compreendeu pelos vistos,

¹⁰ Fora da própria comunidade e com o intuito de simplificar, os Bejaa/ Becanja apresentam-se como Balanta-Mané. Geralmente dão como justificação para isso a diferença entre eles e os demais Balantas, e isso devido às suas crenças e práticas religiosas islâmicas que, aliás, tinham relevância para efeitos da cobrança de impostos na época colonial e provavelmente também já na época dos movimentos islâmicos. A auto-identificação como Balanta-Mané é regida hoje, tal como antigamente, por motivos de ordem prática, por exemplo em relação a instituições públicas que desconhecem a designação de Ajaa-Bejaa; da mesma forma, a maioria da população, especialmente nas cidades e pequenos centros administrativos, nunca ouviu nem falar na designação específica dos Balanta-Mané.

Um dos centros com o qual os Bejaa associam a sua origem, é Samkolda-Berekolong (Bertrand-Bocandé 1849:325; Lima Handem 1985:7), que figura entre os territórios políticos antigamente mencionados nas fontes escritas sob a dominação de um *farim* no sul da Gâmbia, e que se cruza em parte com o território de Brassu (Diogo Gomes 1456/1959:39). Brassu coexistia em parte com Kaabu, e tinha provavelmente uma mais longa história política, cujos centros se situavam à direita do Geba. Kaabu abarcou temporariamente partes de Brassu. Donelha reporta, com referência à segunda metade do século XVI, que os “Cassangas, os Banhuns, os Bramos, os Balantas, os Beafares” seriam súbditos do *farim* Brasó (mandinga) (1625/1977:118).

A ligação dos Bejaa com a região entre Farim e o Alto Casamansa, como também com partes de Oio, manifesta-se não só nas tradições de origem de certos Bejaa, mas mostrava-se também, durante o século XIX, no facto de os Bejaa/Becanja abastados submeterem-se aos seus ordálios (mdg. *tali*, blt. *ntome*) junto aos Soninkes em Brassu (Hecquard 1853/1854:80).⁹ Pode-se tratar neste caso dos tais grupos entre os Bejaa que tinham adoptado o patronímico Mané ou outros patronímicos mandingas (Bertrand-Bocandé 1849:325).

A prática de alguns Bejaa de se submeterem fora dos seus territórios a uma forma de jurisdição (ordálios) significava o reconhecimento de uma autoridade que tocava os interesses internos dos Bejaa. Não é certo que se tratava de indivíduos ou grupos bejaa que estavam assim (no sentido mais lato) ligados ao poder de Kaabu. Caso se trate de grupos Mané, o que supomos, pode ser uma relação estabelecida antes dos Bejaa, a qual é atribuída a uma antiga entidade banhum. Uma parte do antigo território ba-

⁹ Hecquard apresenta-se como uma fonte problemática. Por um lado, ele relaciona as suas informações sobre os Balantas com os Fulas de Kolibentan (muçulmanos) enquanto por outro lado parece, sem mencioná-lo, seguir Bertrand-Bocandé (ver também Mark 1985:59 e segs.).

Os ordálios dizimaram em diversos períodos, particularmente no início deste século, as aldeias bejaa/becanja dos dois lados da fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau (Mac Laud 1912). As razões disto são, por um lado, a natureza anti-dominante e, por outro lado, os acontecimentos que ameaçavam fundamentalmente a economia dos Bejaa/Becanja, tais como diversas epizootias animais. O ordálio do veneno era muito difundido na Costa da Guiné, e era preparado com casca da *Erythroleum guineense*. O termo balanta é *n'tometom* (mandinga *tali*). Do séc. XVI ao séc. XIX a maioria dos observadores estrangeiros viram neste ordálio um meio consciente utilizado pelos poderosos para liquidarem os rivais ou potenciais rivais (ver por ex. Almada). Os *talis* que no início deste século envolveram os Bejaa/Becanja eram colectivos e muitas vezes efectuavam-se sob a direcção de indivíduos que não eram Bejaa/Becanja (ANS 13 G 381, 1912; relato Mac Laud, Ziguinchor, 6.7.1912, 7 e seg., sobre os *talis*).

nhum foi até conquistada pelos Bejaa, que se apropriaram de patronímicos banhuns como Mané, entre outros. Uma outra parte ficou com o Kaabu, pelo que é de supor que a fracção dos Mané dentro da aristocracia do Kaabu tem alguma coisa a ver com a herança banhum. Visto desta forma, muito do que indica uma ligação entre os Bejaa e Kaabu pode ser interpretado como um indício de uma entidade política entre os Banhuns, a qual antecedeu não só os Mandingas como também os Bejaa, mas da qual ambos herdaram certas estruturas.

Na Guiné-Bissau, os Bejaa/Becanja são conhecidos como “Balanta-Mané”, embora os membros desta comunidade pertencessem na sua maioria a outros grupos patronímicos.¹⁰ A situação é complicada pelo facto de os indivíduos e grupos poderem identificar-se por meio de vários patronímicos, os quais, através das conversões, frequentemente têm certas conotações relativas. Além disso, tais patronímicos, ou seja os seus equivalentes inter-étnicos, são utilizados em relação ao contexto, por exemplo para tornar compreensível ou “traduzir” uma identidade perante diferentes interlocutores, ou para melhor defender um interesse, seja perante interlocutores islâmicos, funcionários coloniais, etc. (nomeadamente no caso das exigências de tributo ou de imposto).

Enquanto que hoje os Bejaa outorgam certa importância às suas ligações com escolas corânicas e com os *moros* (marabus) em Casamansa e no leste da Guiné-Bissau (antigamente Kaabu), em que Mané e outros patronímicos são considerados islâmicos – assim como também *mandinga* em geral é conotado pelos Balantas com *muçulmano* –, no século XIX a componente islâmica da actual relação de significação Bejaa+Mandinga+Islão = Mané estava ainda a nascer. Assim podia Bertrand-Bocandé achar uma contradição no facto de os Bejaa se fazerem passar por muçulmanos, enquanto o seu nome Mané justamente torna clara a sua origem não islâmica. Ele compreendeu pelos vistos,

¹⁰ Fora da própria comunidade e com o intuito de simplificar, os Bejaa/ Becanja apresentam-se como Balanta-Mané. Geralmente dão como justificação para isso a diferença entre eles e os demais Balantas, e isso devido às suas crenças e práticas religiosas islâmicas que, aliás, tinham relevância para efeitos da cobrança de impostos na época colonial e provavelmente também já na época dos movimentos islâmicos. A auto-identificação como Balanta-Mané é regida hoje, tal como antigamente, por motivos de ordem prática, por exemplo em relação a instituições públicas que desconhecem a designação de Ajaa-Bejaa; da mesma forma, a maioria da população, especialmente nas cidades e pequenos centros administrativos, nunca ouviu nem falar na designação específica dos Balanta-Mané.

conforme a ideia predominante, também manifesta nas tradições orais dos Mandingas, o patronímico Mané como sinónimo de *soninkeya*, isto é de hábito anti-islâmico (1849:325). A sua observação segundo a qual o Islão – aqui a compreender no sentido de renovação islâmica na segunda metade do século XIX – desempenha nos Bejaa ainda um papel insignificante, é confirmada por outras afirmações sobre o mesmo período (p. ex. *Croquis du cours de la Casamance 1858*, ANS 13G 361).

As conotações do patronímico Mané entre os Bejaa provam igualmente, ao meu ver, que a via da islamização deve ter passado pelos outros grupos Mané existentes entre os Mandingas e Oinkas (Brassu) associados aos Bejaa-Mané na sua vizinhança. Não nos podemos alongar aqui sobre isto, mas significaria que esta forma de associação inter-étnica através da equivalência de patronímicos deve ser vista a longo prazo, e que ela relaciona-se com eficientes solidariedades que ultrapassam as fronteiras étnicas. Isto é válido não só para o patronímico Mané, como também para outros que os Bejaa, os Mandingas e os Banhuns têm em comum. As evoluções e a mudança da “identidade mandinga” entre os Bejaa e a mudança dos critérios que transcrevem uma tal identidade devem ser analisados mais profundamente. O exemplo do patronímico Mané mostra como um nome (Konton), na sua qualidade de símbolo das relações e afinidades inter-étnicas,¹¹ muda consideravelmente o seu conteúdo e também, com o tempo, implica diferentes tipos de relações.

As conversões dos Bejaa a Mandingas faziam parte da prática política. Através delas, a pressão dos impostos que pesava sobre os não-mulçulmanos foi atenuada; as relações comerciais foram promovidas, enquanto que a venda de cera, produtos derivados da palmeira, peles e o acesso ao ferro, à pólvora e às armas foram facilitados (entrevistas Faja/Birkama 90/91, T:320).

Sobre a história da agricultura balanta

É pouco conhecido que uma maioria entre os Balanta-Bejaa/Becanja, que Lemos Coelho no século XVII e Bertrand-

¹¹ Bertrand-Bocandé apontou para a importância dos patronímicos (Konton/Dyamu) e a sua distribuição como indícios históricos de relações interétnicas (1849:323-324).

Bocandé no século XIX visitaram com um intervalo de cerca de 200 anos, praticavam *até recentemente*, pelo menos até meados deste século, principalmente uma agricultura de sequeiro (milho miúdo, arroz), a qual era caracterizada pela combinação da rotação de culturas, da protecção das espécies (revestimentos arbóreos), da pecuária e de certas técnicas de fertilização. Deste modo, eles formaram uma paisagem típica (savana-pomar) e atingiram duradouramente tanto altas densidades populacionais, como rendimentos em quantidade suficiente para exportarem (arroz, milho miúdo, entre outros). Pélissier documentou em pormenor o sistema de uso da terra dos Bejaa/Becanja em Balantakunda (1966:588 e segs.). As técnicas de estrumação dos Bejaa/Becanja requeriam a transferência periódica dos casais no início da estação de chuvas, que Bertrand-Bocandé, pelo que nos consta, mencionou pela primeira vez (1849:348; ver também N'Diaye Correand 1970:111 e segs.).

A mesma forma particular de uso da terra era antigamente típica entre os Mancanhas/Brames- vizinhos dos Bejaa e Brassa (da Mota 1950:135, 149 e segs.; 1954) – e encontra-se ainda nos Koniagui, na região fronteiriça entre o Senegal e a Guiné Lestrage 1955). Tal como os Bejaa/Becanja, os Koniagui encontravam-se historicamente numa situação limite nas fronteiras de Kaabu, e são conhecidos pelo seu alto potencial de resistência contra a dominação colonial (Barry 1988; ANS 13 G 510-1904). Desconhece-se a existência de relações directas entre os Koniagui (Tenda) e os Balantas. Sobre esta questão é digno de menção o facto de as tradições de origem dos Bejaa fazerem referência a zonas do Futa Jalon, ao sul do território dos Koniagui (Fadakunda/Birkama, Demba/Yaya Sambakan 90-91), e as descrições sobre as origens dos Bejaa igualarem temática e estruturalmente as dos Koniagui e de outros grupos tenda. Estas tradições assemelham-se nas referências comuns à figura de Koli (Koli Tenguela), cujos escravos ou guerreiros teriam sido originalmente Bejaa e também Koniagui (Diagne 1933; Gessain 1963:47 e segs.). Estes guerreiros ter-se-iam recusado a continuar a seguir Koli e teriam conseguido, depois da miséria inicial, estabelecer-se como grupos autónomos. A “etnogénese através da resistência” e a luta pela sobrevivência que caracteriza as tradições destes grupos dinâmicos na agricultura têm o seu complemento em designações tais como “negro” (*mofing*) e

outras, que os dominadores lhes davam. Uma conhecida interpretação é a etimologia mandinga de *balanta*, 'recusador': da dominação e do monoteísmo, entre outros.¹²

Confrontando os dados de Lemos Coelho sobre os Balantas (1669/1953:36 e segs. e 1684/1953:154 e segs.) com os de Bertrand-Bocandé (1849) e de Pélissier (1966), constatamos que os Bejaa/Becanja provavelmente já no século XVII tinham a mesma forma de uso de terra na agricultura de sequeiro que veio mais tarde a ser documentada em pormenor.

As ligações históricas dos Balantas com o Futa Jalon (Labe, Timbo), a sua associação com os Fulas, como também as numerosas semelhanças com os Koniagui apoiam a suposição de que os Balantas e os Brames (Mancanhas) trouxeram consigo para os territórios que ocupam actualmente as suas técnicas agrícolas particulares. As técnicas de orizicultura alagada, com a utilização do *kibende* (arado *balanta*; *kajendo* dos Jolas; ver Linares 1981; Marzouk Schmitz 1984) eram em contrapartida conhecidas nas zonas costeiras antes da formação dos Balantas.

Os grupos que chegaram à Guiné-Bissau, com conhecimentos dos métodos utilizados pelos Brames e Balantas na agricultura de sequeiro, contribuíram provavelmente como um impulso importante à etnogénese dos Balantas.

Pelos vistos, o método da agricultura de sequeiro dos Bejaa/Becanja também era conhecido pelos Brassa (Handem 1985, Ribeiro 1988), hoje essencialmente especializados no arroz de bolanha, em Mansoa, presumível núcleo de todos os Balantas, e provavelmente foi mais utilizado antigamente (da Mota 1954:294-5). Este método poderia, no futuro, ter de novo um papel de relevo em regiões como Mansoa e em partes de Quínara, cujo potencial de produção de arroz de bolanha, com a extensão dos arrozais até às fronteiras da maré, já foi ou esgotado ou virá a sê-lo. Era este o caso de Mansoa nos anos 50 e nos precedentes. Dali emigraram os Balantas a partir do fim do século passado e particularmente desde a Segunda Guerra Mundial, para todas as outras regiões *balantas*, e também para zonas situadas ao sul do

¹² As etimologias na base de *balban'*, que são também usadas em *bambara/banmana*, são muitas vezes encontradas (ver Chataigner 1963; Monteil 1924:9; Labouret 1934:31; M'Bow 1955 cf. Seck 1948; Simões 1935:113; Handem 1985). Os assim etiquetados apresentam-se propriamente menos como "insubordinados" e mais como "salvados" ou "sobreviventes". Contudo, a resistência é sempre o ponto de partida da história das suas fugas e migrações, que no caso que aqui interessa, tematizam o abandono da guerra e da escravatura.

canal de Geba, que são consideradas como terra original dos Beafadas (Mettas 1984; Carreira 1967). Um outro factor que limita a cultura de arroz de bolanha encontra-se nas consequências da guerra de libertação e nas políticas agrárias adoptadas a seguir. A cultura do arroz de bolanha exige uma organização e uma utilização da força de trabalho que com base nas novas evoluções dificilmente se realizam, tanto mais que crises de autoridade põem em causa a antiga forma de organização do trabalho sob o controle dos velhos (Ribeiro 1988; Handem 1985; entrevistas Quínara 1987; Pedro N'Fumba 1988).

Os trabalhos de Pélissier e da Mota revelam bem as dimensões históricas da agricultura balanta (Pélissier 1966; da Mota 1950, 1951, 1954). Os conhecimentos sobre a agricultura de sequeiro dos Bejaa de nada valeriam se nos reportássemos unicamente à documentação de Balantakunda do tempo colonial, pois esta muitas vezes não toma em conta a agricultura, ou, no melhor dos casos, não refere o contexto das práticas perceptíveis, que são identificadas isoladamente.¹³

Constituindo excepção entre os seus contemporâneos, Bertrand-Bocandé documenta de forma breve, mas como um facto por ele observado, a transferência de moranças no início da estação das chuvas, também nas unidades dos Bejaa situadas à esquerda do rio Cacheu. As moranças eram transferidas com a intenção de utilizar o espaço assim libertado, e após a sua fertilização, como campo de milho miúdo (1849:348; ver também Vallon 1862: 461).

O estudo geocultural de Pélissier apresenta o ordenamento da paisagem territorial característico dos Bejaa/Becanja em contraste com as escassas competências agrícolas dos Mandingas, com as respectivas consequências daí decorrentes para o meio ambiente. Este contraste é alargado a outros domínios da cultura dos dois

¹³ Muitos textos do tempo colonial deixam pensar que os seus autores reproduziam informações estereotipadas dos vizinhos dos Balantas, ou só conseguiram ver aspectos do ciclo agrícola; assim, por exemplo, durante a estação seca, quando os homens se encontravam nos palmares (e bebiam), ou durante a estação das chuvas, quando as mulheres estavam ocupadas nas bolanhas nos pequenos vales das rias (Hecquard 1853/1854:81 e segs.; Bérenger-Féraud 1879:303; Simon 1859:135, entre outros). Anarquia política, roubo de gado e outros furtos, agressividade e alcoolismo notório assumem a forma de um "padrão" abundantemente elaborado nestas apresentações.

Os rumos das viagens, os lugares de estadia, o fluxo de informações entre os autores, cópias e resumos recíprocos, são factos e procedimentos mais ou menos já conhecidos. Seria interessante incluir também a obtenção de informações "de baixo", isto é os modelos étnicos dos naturais que foram assimilados na literatura do tempo colonial.

grupos e serve de guia para a sua análise. Pélissier tinha em vista os processos de mudança que *tornaram os Balantas em Mandingas*. Esta conversão decorreu num curto período de tempo e pôde ser retratada por Pélissier em várias fases. No fim estavam a modificação da forma de habitação (de móvel para permanente), a aceitação do Islão e a renúncia da própria língua (*fca*).

O uso da terra característico dos Bejaa existia na Guiné-Bissau pelo menos até meados deste século e criou uma paisagem típica (savana-pomar) (Pélissier 1966:588 e segs.; ver também Demba Sambakam, Fadja/Birkama, 90/1, T:320).

Este método foi abandonado pouco a pouco, sob a pressão dos impostos e outras medidas coloniais tais como a imposição da cultura da mancarra para exportação e do trabalho forçado para a construção de estradas e pontes. Estas são as razões principais mencionadas em retrospectiva pelos interessados. Análises mais exactas deste complexo processo, que no final quase fez afundar esta forma especial de uso da terra através da cultura de sequeiro e fez perigar a sociedade ajaa, devem ainda ser efectuadas, pelo menos do lado do território guineense. Sem conhecimento deste processo, ao longo do qual durante mais de 50 anos reconhece-se como foram *infrutíferas* as diferentes e provadas estratégias dos Bejaa para assegurarem o seu espaço vital e a experimentação de novos métodos, *o sucesso das antigas práticas* torna-se um critério fora da realidade histórica. Uma análise mais exacta das modificações da agricultura ajaa no seu contexto social, bem como no contexto contemporâneo de decisões políticas internas e externas, poderia recuperar os conhecimentos historicamente consolidados sobre os métodos de cultivo.

Os Bejaa/Becanja em Balantakunda (século XIX). Extractos de uma história de confrontação

Os Bejaa/Becanja são *Balantas* que na realidade são, de várias formas, interdependentes com os Mandingas. Porém, teoricamente, são considerados representantes de um “protótipo étnico” diametralmente oposto ao dos Mandingas. Provavelmente, os elementos fundamentais desta visão estão contidos no

que foi dado a conhecer aos primeiros europeus que viajaram pela Senegâmbia. Desde então esta dicotomia (“Balanta versus Mandinga”, “tipo cultural atlântico versus sudanês”, “sociedade acéfala” versus “sociedade com estruturas estatais”, etc.) atravessa, como um fio vermelho, a maioria das afirmações escritas ou orais sobre as relações inter-étnicas, particularmente na Guiné-Bissau.

Os Bejaa/Becanja fazem parte, com outros grupos (Benaga, Brassa, e outros) de uma grande comunidade balanta “acéfala”, cuja fronteira norte eles formam.

Nas versões históricas e etnográficas tradicionais e populares, os Balantas figuram como os antípodas da dominação e da “cultura superior” dos Mandingas e Fulas. O contraste Balanta-Mandinga articula-se também sob a forma de um antagonismo. Este tem bases numa constelação histórica particular do século XIX. Os Mandingas muçulmanos de Casamansa, eles próprios muitas vezes recém-chegados, com aliados de Bundu até ao Futa Jalon, viam durante a segunda metade do século XIX nos “descrentes” Balantas um alvo ideal para *jihads*, perpetrando numerosas agressões sobre as localidades habitadas pelos Becanja/Bejaa, especialmente sobre Mangarungu, Kuniara e Niafur. Mangarungu era, em suma, considerado como o bastião da resistência e provocação balantas. Os ataques mandingas acumularam-se a partir dos anos 70, e como às vezes eram efectuados com a intenção de agradar ao poder colonial, pouco êxito tiveram contra os Balantas, havendo a mencionar, isso sim, várias derrotas desonrosas (ver, por exemplo, Roche 1976/1985; Mac Laud 1912:52 e segs.; Leary 1972:233 e segs.).

Entre os inimigos dos Balantas distingue-se Sunkary (Kamara) de Boudhié, o qual se associou temporariamente a vários outros, como o jakanka Fodé Kaba (Dumbuya), ou o dirigente de Yacine, Fodé Lendé (Dafé). Fracassadas estas alianças, os Balantas recusaram-se, no ano 1872, a se insurgir, juntamente com Sunkary, contra Sédhiou, de modo que Sunkary virou as suas forças contra eles de 1876/78 até aos anos 80. As suas perdas devem ter sido menores do que as dos Balantas, que tinham os olhos no gado de Sunkary (ver por ex. ANS 13 G 371, 1881, n.º 57, carta do comandante de Sédhiou). Um dos ataques é descrito por Adam na sua *Notice historique, Casamance 1894* (ANS 1 G 193, p. 87 e segs.):

Em Junho [1881] Sunkary atravessa o Casamansa com 800 guerreiros, acreditando numa vitória fácil. No ataque contra Mangarungu é vencido e perseguido até Simbandy. Depois disto, ele apela ao exército de Yacine por socorro, o qual encontra as tropas de Sunkary em Simbandy. Desta vez derrota os Balantas, que se retiram em parte para o mato e em parte para Sédhiou. Em Outubro a guerra acaba. Kuniara, Niafur, Yatakunda e Mangarungu são completamente queimadas. Mas os Balantas têm poucas perdas e na fuga trazem consigo o seu gado, todas as suas aves e os seus téxteis. Os vencedores encontram apenas um pouco de milho miúdo e arroz e reclamam uma imensa indemnização – 1.200 cabeças de gado – como condição para abandonar o território conquistado. O comandante de Sédhiou ordena a Sunkary que se retire até 1 de Novembro. No decurso deste tempo, Sunkary torna-se insuportável para os Franceses e eles mandam Dodds (2/1882) contra ele. O sucesso é total, pois agora Sunkary perde os seus aliados e os Franceses assinam acordos com Yacine, Balmadu, Suna, Pakao. (Adam 1894:87-90)

A *Jihad* contra os Balantas não teve nem como objectivo nem como consequência a conversão. Ela reflectiu *uma situação de concorrência entre grupos que num mesmo tempo se expandiam* e que se encontravam nos mesmos territórios. Os Franceses posicionaram-se entre ambos, mas serviram-se, em parte, dos Mandingas para reprimirem os Balantas. Os Mandingas eram mais fáceis de persuadir para uma reconversão à agricultura comercial e especialmente à cultura do amendoim, pois o comércio de escravos já não oferecia possibilidade de exploração a longo prazo.¹⁴ A política colonial francesa na zona central de Casamansa começou, entre outros, com a tomada dos centros comerciais soninkes (sarakoles) e mandingas na margem direita do Casamansa, e a recomposição das populações à volta do forte de Sédhiou.

¹⁴ O centro e o ponto de partida da cultura de amendoim em Casamansa central é Pakao (Hecquard 1853/1854).

Os Bejaa/Becanja na margem oposta tinham-se associado aos agora repelidos Soninkes através de relações comerciais, casamentos e projectos agrícolas, e utilizavam estes contactos para projectos expansionistas através do Casamansa. Esta expansão foi impedida pela acção política dos Franceses, que se apoiaram, primeiro, nos Mandingas (ver Adam 1894, ANS 1 G 193; Dorval Alvares 1866, ANS 13 G 368). Pode-se afirmar que os comandantes em Sédhiou estavam, até ao início deste século, obcecados com a ideia de ter os Balantas afastados da margem direita do Casamansa. As autorizações excepcionais concedidas aos habitantes de certas localidades tinham como objectivo quebrar a unidade e a resistência dos Balantas, o que foi conseguido em parte no caso de Jatakunda.

Os ataques mútuos e as guerras entre as duas partes envolviam o poder colonial de forma planeada.

Um exemplo do facto é que Sunkary, durante as suas campanhas contra os Balantas persuadiu Fode Kaba a atacar os Balantas, convencendo-o de que o poder colonial o compensaria por isso. Deste modo pretendia acentuar a desunião entre os seus adversários (Adam 1894, ANS 1 G 193, p. 79, sobre os acontecimentos 1876/7). Os Balantas parecem ter interpretado esta situação – entrave ao comércio directo com os Franceses, jogo duplo a respeito dos campos na margem direita do Casamansa, ataques militares e incêndio das suas localidades, etc. – como uma oposição em todas as frentes por parte dos Mandingas. Esta opinião é também referida em alguns documentos franceses daquela época (p. ex. ANS 13 G 368; Dorval Alvares 1866).

É de salientar que *o movimento expansionista dos Bejaa/Becanja foi interrompido*, através de repressão dos seus aliados de Boudhié, em resultado da política colonial francesa ter visto nos Mandingas um parceiro para a exploração económica do Alto e Médio Casamansa.¹⁵

¹⁵ Ver ANS 13 G 301, n.º 49, *Correspondance, rapports et notes politiques sur la situation des territoires du 2e. arrondissement par le commandant supérieur Pinet-Laprade 1862-1869* (n.º 49 de 29.8.1863).

Aqui é referido que os Balantas seriam o principal obstáculo para o desenvolvimento económico de Casamansa (ver também n.º 7 de 12.4.1864), enquanto os Mandingas são vistos como "*les véritables producteurs*" (n.º 49 de 29.8.1863). Ver também ANS 1 G 343, *Monographie*, Mac Laud 21.2.1911, pp. 18-21.

A expansão dos Balantas teve como motor a *exploração agrícola* dos territórios à direita do Casamansa:

O que os Balantas mais temem é uma guerra no Casamansa, e que sejam destruídas as suas poucas pirogas, o que significaria que perderiam consideravelmente a sua base de existência, pois *eles vão à outra margem para cultivar arroz e extrair vinho de palma* (*Croquis du Cours de la Casamance* 17.11.1858).

Tratava-se de uma questão tão vital para os Bejaa/Becanja, que eles estavam dispostos a qualquer compromisso com a administração colonial para não serem impedidos de atravessar o rio (Dorval Alvares 1866, ANS 13 G 368, pp. 11-12). A capacidade de compromisso dos Balantas tinha todavia limites, que assentavam nas condições necessárias à conservação e extensão da sua forma de uso da terra. Um desses limites estava na escolha das frutas cultivadas, outro na exploração de recursos no interior do seu território (borracha, madeira), que eles não permitiam aos estrangeiros. O objectivo da política francesa era por um lado a exploração das riquezas naturais, sobretudo madeira e borracha, e por outro lado a introdução, ou seja a extensão da cultura da mancarra. Sobre ambas, os Balantas não se deixaram convencer durante muito tempo, pois o seu interesse era a troca, tanto quanto possível em zonas situadas fora dos seus territórios. Uma vez que os funcionários coloniais franceses não deram nenhuma importância ao conhecimento da cultura dos Bejaa/Becanja na colaboração para com a sua política, nunca chegaram a lhes compreender o comportamento.

A intensidade dos ataques mandingas às aglomerações balantas, ligada à ideia de que os Mandingas é que bloquearam os seus planos referentes à exploração agrícola de Boudhié, parece ter levado os Bejaa/Becanja a construírem uma imagem do inimigo segundo a qual cada guerra desencadeada a partir daí contra eles, e também a consolidação da dominação portuguesa, era associada aos “Mandingas” e ao islamismo. Segundo as descrições históricas de todos os subgrupos balantas, as guerras foram quase exclusivamente com os Mandingas/muçulmanos. Os outros participantes, mesmo quando eram os instigadores, o que aliás é do conhecimento geral, não são mencionados. Assim, os assaltos de

Abdu Injai, que sob a liderança de Teixeira Pinto conduziram à pacificação de Oio e dos territórios balantas (Bowman 1986),¹⁶ são designados na tradição oral como “a guerra santa dos Mandingas”, embora as circunstâncias sejam bem conhecidas. (K:208/B, K:223/B, K:219, K:220 entre outros, das entrevistas com os Balantas em Quínara 1987/88).

Deveria ainda ser analisado em pormenor, como foi interpretado e assimilado nas descrições históricas balantas (de todos os subgrupos) em *ambos os lados* da fronteira senegalo-guineense, o desenvolvimento na zona norte do território balanta, durante a fase de consolidação colonial, e como é que se interpretam as acções contra os Balantas em Mansoa e Nhacra.

O antagonismo balanta-mandinga é um produto histórico específico que a partir do século XIX se manifestou em Balantakunda em muitos feitos e acções, e que se aprofundou com as acções dos Portugueses na Guiné até aos anos 20 e 30, e mais tarde ainda, nos anos 60, com a *separação expressa entre etnias no trabalho forçado*, descritas em histórias de vida de muitos balantas com pormenores muito dolorosos (entrevistas Brassa/Bunke, Mansoa e Quínara, 1987, 1988, 1989). Ele resulta de situações de conflito que se tornaram possíveis nesta forma só a partir de meados do século XIX, e não pode ser generalizado, isto é transferido para um tempo mais recuado, em que o equilíbrio de interesses era valorizado de outro modo.

Agricultura e resistência

O constante incêndio das suas povoações quer pelos Mandingas quer pelos Franceses parece ter gerado entre os Bejaa/Becanja sobretudo o escárnio, uma atitude que os funcionários franceses de Sédhiou, passando por Gorée e Dakar até Saint Louis, consideravam como uma provocação. No ano 1894,

¹⁶ Até nos postos mais altos da administração colonial, as acções de Abdu Injai contra Samodje no dia 3.10.1904, que incluíram barbaridades sem conta, foram vistas como uma ocasião favorável para a restauração da própria autoridade entre os agora intimidados Balantas (ver ANS 13 G 510, 1904, chem. 17; Labretoigne du Mazel, Administrador Superior de Casamansa ao Governador Geral da A.O.F. em 27.12.1904).

o administrador superior A. Farque relata ao Director dos Assuntos Políticos em St-Louis:

As relações entre Sédhiou e Jatakunda estariam a ser perturbadas pelo facto de os habitantes de Jatakunda roubarem constantemente as tabancas na margem oposta do Casamansa. Roubam arroz e milho miúdo. As consequentes multas em dinheiro estabelecidas contra Jatakunda não eram cumpridas, pois “se os Franceses destruíam as suas tabancas, eles escapavam para o mato e construíam de novo as tabancas depois da retirada das tropas (ANS 13 G 474, n.º 69 de 16.7. 1894).¹⁷

Sobre a situação política em Balantakunda, um relato de 1908 revela que, até ao ano precedente, os estrangeiros não se tinham arriscado a pisar território balanta na margem do Casamansa. E:

A recusa dos Balantas em responder aos convites (de Sédhiou) foi acompanhada de provocações. Um exemplo disso seria a resposta que os Balantas deram ao Residente no ano anterior, quando este os chamou para distribuir sementes de amendoim [...] (ANS 2 G 42 – 1908, Julho 1908, *Rapports mensuels d'ensemble*).

Tais queixas, assim como as de furto de gado e outros roubos, são contínuas desde o início da acção francesa junto dos Balantas. As aglomerações dos Bejaa/Becanja não tinham um carácter permanente. Os lugares de habitação, as moranças, uma vez usados, serviam na estação seguinte como campos já adubados (Pélissier 1966; Bertrand/Bocandé 1849). A forma como os Bejaa usavam a terra facilitou também a resistência, tendo em conta que diferentes tipos de campos eram distribuídos em diferentes zonas de cultivo (nos pequenos vales, nos planaltos e nas florestas). Labretoigne du Mazel resume na sua *Notice sur la Casamance* de

¹⁷ Tais conflitos surgiram porque os Balantas, que plantavam e cultivavam campos na margem direita do Casamansa, foram impedidos pela política francesa de irem buscar as suas colheitas. Mal foi noticiado um conflito com outros moradores das aldeias à direita do Casamansa (p. ex. roubo de gado), os Balantas foram expulsos pela força. Pode-se pensar que as outras populações se aproveitaram disto para ficarem com as colheitas dos Balantas (Bejaa/Becanja). Os Balantas estavam em parte também sob contrato em casa dos Soninkes/Mandingas e outros (comerciantes) que moravam lá.

1906 as experiências do poder colonial a partir de 1837, quando os Franceses, com a compra de Sédhiou aos Soninkes (Sarakoles), penetraram no Casamansa central (ANS 1 G 328; comp. Mac Laud, Monografia de 1911, ANS 1 G 343 e Adam 1894, ANS 1 G - 193):

[Os Balantas] encontram-se, tal como os Jolas, num estado de completa anarquia: as suas tabancas são independentes umas das outras e reconhecem apenas de forma muito limitada a autoridade de um chefe. A sua actividade principal é a caça e preferem a criação de gado à agricultura. As suas numerosas manadas crescem através de roubos constantes [...] eles colectam cera e borracha, que levam às feitorias, e lá vendem-nas a troco de um pouco de álcool e pólvora. *Muito ligados à terra que possuem, fazem tudo para vedarem aos estrangeiros, "Manjacos" e outros, que colectam borracha, o acesso ao seu território. Aliás nós não conhecemos quase nada das suas terras; nem os oficiais nem os funcionários podiam (até hoje) penetrar lá sem uma forte escolta [...]* (ineficiência das represálias) [...] *Eles assistiam impassíveis ao incêndio das suas tabancas e, depois da retirada das tropas, começavam de novo com as suas pilhagens [...]*

E mais:

À escassa organização, semelhante à do território jola, acumula-se ainda o facto de *a tabanca não estar num lugar fixo, pois o indígena não se sente ligado através da agricultura ao seu pedaço de terra. As casas dispersas na floresta são construídas desordenadamente, e de novo destruídas. A única coesão consiste no medo e no ódio aos estrangeiros e no desejo de os manterem afastados do seu território [...]* (Labretoigne du Mazel, 1906, ANS 1 G 328).

Tal como outros observadores e relatos anteriores e posteriores a ele, com raras excepções, Labretoigne du Mazel não *reparou* na prática agrícola dos Balantas. Tendo conhecimento do uso específico da terra pelos Bejaa, os representantes do governo colonial poderiam ter compreendido muitos dos seus comporta-

mentos que perturbavam visivelmente a penetração francesa em Balantakunda, como por exemplo o constante roubo de gado¹⁸, e as intervenções e o controlo das vias fluviais, entre outros.

Os primeiros funcionários coloniais franceses em Ziguinchor e Sédhiou não souberam nem chegaram a fazer uma real avaliação da política dos Bejaa visando a autonomia, apesar do manifesto interesse dos Bejaa em estabelecerem ligações comerciais com eles – evitando os *traitants* – o que também foi sempre claramente demonstrado para além de todas as provocações (*Croquis du Cours 1858*). Depois de os Franceses e os seus representantes comerciais se terem estabelecido em Sédhiou e instalado no lugar dos antigos parceiros dos Bejaa, perturbando ou suprimindo inconscientemente antigas ligações comerciais e práticas de transacção, os Bejaa ter-se-iam servido de boa vontade desta ocasião favorável para desenvolverem a troca *directa* com os Franceses em vez de se relacionarem com os intermediários, que os enganavam (ver Pare 1981:107), e os quais, como *traitants*, estavam do lado dos Franceses, de modo que as mercadorias tornavam-se automaticamente mais caras.¹⁹

¹⁸O gado é um elemento imprescindível no uso da terra dos Bejaa-Becanja e tinha que fazer parte, numa determinada quantidade, de cada unidade económica, para garantir sua rentabilidade, pois dele dependia o adubo dos campos (*soubas*). Um homem só podia tornar-se chefe de família independente quando podia comprovar a posse de uma determinada quantidade de gado (Péllissier 1966:595 e segs.). Aquele que possuísse gado gozava de uma posição no topo da hierarquia social, mais elevada do que o Alama ('chefe'; entrevista Fadjakunda 90/1). O roubo de gado era uma forma socialmente aceite de alcançar uma posição de destaque e pode ser encontrado entre todos os grupos balantas, mesmo entre aqueles nos quais o gado desempenha uma função menos central do que nos Bejaa..

¹⁹Ver p. ex. Adam 1894, ANS I G 193, pp. 4-5, sobre o período a partir de 1862. Os "*traitants*" desempenhavam com frequência um papel não muito claro, bem como os tradutores contratados pelos Franceses. Os grupos de pessoas que conseguiam uma posição no domínio do poder colonial (posição muitas vezes indispensável para este), entre eles o conhecido e mal afamado Abdu Injai (Mettas 1984; Bowman 1986), tinham nos territórios balantas uma carreira importante como marabus, militares ou mestres de *tali* (ver nota 10). Eles podiam conquistar em parte, por eles próprios, posições de poder. As actividades destes grupos dirigiam-se, pelos vistos, especialmente contra o potencial de resistência das sociedades camponesas, lá onde estas podiam subtrair-se bem aos ataques coloniais directos. Neste contexto, as numerosas informações sobre ataques de Balantas aos "*traitants*", *julas* (vendedores ambulantes), etc., na época estudada, tomam-se compreensíveis.

Ver entre outros ANS I G 341, Monografia de 21.2.1911; Mac Laud sobre os anos 1892, 1894, 1895, 1899, 1910; ANS I G 193, Adam 1894, p. 4 e segs. Sobre os anos 1856/7 – um ataque atinge por acaso o comandante de Sédhiou, que foi confundido com um *jula*; ANS I G 371 de 29.4.1886; *Instructions du Gouverneur de Gorée à M. Cruche, Commandant du Cercle de la Casamance*, p. 3. Aqui são mencionadas as acções de um tal Birahim N'Diaye, o qual aparece como marabu militar entre Jolas e Balantas, embora com pouco sucesso entre os Balantas, e que tinha sido antes "*traitant*" da Casa Gaspard. Ele era cidadão francês.

Os funcionários coloniais, contrariamente aos das companhias comerciais ou aos viajantes privados, classificaram os Bejaa/Becanja com as designações de “anarquistas, agressivos, economicamente incompetentes”, devido às obstinadas reacções de insubordinação e às numerosas pilhagens de gado. Com isso queriam dizer que os Balantas seriam incapazes de qualquer tipo de acordo de participação, um incontrollável factor perturbador para a implantação da ordem colonial.

Os Bejaa, por outro lado, tornavam ridículas diante dos outros “súbditos” as pretensões francesas de dominação, assim como as dos Mandingas muçulmanos (ver Mac Laud 1911, *Monographie*, ANS 1 G 343, p. 52). Adam escreve em 1894 na sua *Notice historique*, em referência ao período de 1858-1861, que os Balantas fizeram troça da autoridade francesa e continuaram com os seus saques e pilhagens (ANS 1 G 193, 1894, p 6 e segs.); ao mesmo tempo mostravam-se dispostos a cooperar. A 5 de Fevereiro de 1863, a mensagem dos Balantas de Mangarungu aos Franceses dizia:

[...] que sejam saqueados todos aqueles que venham a ser nossos amigos; [...] se os brancos vierem até nós, recebê-los-emos à paulada e congratular-nos-emos em oferecer escravos brancos às nossas esposas (ANS 1 G 193, Adam, *Notice historique*, 1894, p. 12).

No mesmo ano, os Balantas atacaram como sempre os comerciantes franceses em Casamansa. Pinet Laprade avalia a situação deste modo:

Nós temos muito poucas relações comerciais com estes povos, e se fôssemos forçados a lhes dar um exemplo, isso só consolidaria a nossa influência sobre os seus vizinhos, os Mandingas, *que são os verdadeiros produtores* (ANS 13 G, 301, *Correspondances, rapports et notes politiques sur la situation des territoires du 2º arrondissement par le Commandant Supérieur Pinet-Laprade, 1862-1869*, n.º 49 de 29.8.1863).

A Casamansa não deixaria nada a desejar, do ponto de vista político, se os Balantas tivessem sido submetidos. Neles a desordem vai tão longe, que os “traitants” já não

ousam explorar os matos de *Borassus* [palmeira-leque, cibe] de Diaring (*ibidem*, n.º 7 de 12.4.1864).

Vinte anos depois, as observações continuavam a ser as mesmas – evidentemente depois de experiências várias. Não se conseguia penetrar nos territórios balantas. Esta situação prevaleceu (temporariamente), com excepção de Jatakunda, por muito tempo (Pélissier 1966), apesar de empreendimentos tais como o novo povoamento de aldeias tomadas aos Balantas (Binako) ou o envio de camponeses estrangeiros para os territórios balantas para a produção de amendoim (ANS 2 G 9-41, *Rapports mensuels d'ensemble, Résidence du Balantacounda*, Agosto 1909, p. 30).

Certas indicações sobre as *capacidades agrícolas e os interesses* dos Balantas não eram registadas nos relatórios oficiais. Numa carta do comandante de posto em Sédhiou, de 12.7.1881, quando os Franceses se encontravam em conflito externo com Sunkary e estavam a ponto de o exterminarem, dizia-se:

Sunkary seria um marabu fanático, que poderia unir todos os Mandingas contra os Balantas, pois estes eram mal vistos. É verdade que os Balantas são ladrões, mas *cultivam a terra e caçam; eles emigram para Boudhié, onde vivem pacificamente como camponeses e recolhem vinho de palma*. Os Mandingas, pelo contrário, com os seus “*tiédos*” e marabus, só poderiam existir através de pilhagens, enquanto os seus escravos trabalham para eles, ao mesmo tempo que seriam ainda para eles mercadorias e símbolo de poder militar (ANS 13 G 371, *Correspondance des Commandants de Poste*, n.º 68 de 12.7.1881).

Também deste documento, que se refere principalmente aos problemas dos Franceses com Sunkary, cujos partidários pertencem aos que constantemente acusam os Balantas de roubo de gado e ataques aos comerciantes e sempre consideraram os Franceses como força da ordem (Labretoigne du Mazel 1906, ANS 1 G 328)²⁰, não se depreende que a forma de uso da terra

²⁰ Labretoigne du Mazel escreve na sua *Notice sur la Casamance* (ANS 1 G 328, 1906) sobre os Mandingas, os quais são qualificados como elemento de apoio à dominação francesa em Casamansa: “[...] *et les mandingues absolument soumis à notre influence, ne demandent qu'à être*

pelos Balantas fosse conhecida dos funcionários ou que a soubessem valorizar.

O *desconhecimento* por parte dos importantes funcionários franceses em Balantakunda *da forma específica de uso da terra pelos Bejaa/Becanja para culturas de sequeiro*, de meados do século XIX até às primeiras décadas deste século – o que é mostrado particularmente nos relatórios oficiais, que nem sequer referem os Balantas como camponeses – é um exemplo do processo de formação de etiquetas étnicas, como parte de uma pretensão à dominação. Enquanto os Franceses estavam obcecados pela *anarquia* dos Balantas (embora pudessem interpretar os conhecimentos existentes de outra maneira), os Bejaa e os Becanja viram a sua coesão justificada pela perspectiva de conservarem e defenderem nas suas terras uma forma especial e muito produtiva de culturas de sequeiro, e de estenderem a outros territórios. Para isso tiveram que recorrer, em parte, a meios militares.

Os incidentes e contactos entre Balantas, Mandingas e Franceses em Balantakunda a partir de meados do século XIX, assim como o modo como foram percebidos e descritos pelos representantes do poder colonial, permitem levantar a suposição de que as acções que levaram os Bejaa-Becanja a se confrontarem com as sociedades circunvizinhas tem a ver com a conservação e a defesa da sua forma de uso da terra. A efectividade da acção (de política externa) dos Bejaa/Becanja, nessa situação de investidas maciças, durante meio século, poderia ser considerada como um indício de uma longa experiência histórica de resistência que se manifesta também na permanência da economia ajaa até pelo menos meados deste século (Pélissier 1966; M'Bow 1955).

As contradições sociais internas nos Bejaa/Becanja, bem como as que existiam entre os anciãos e os homens ainda dependentes, os quais, em oposição aos primeiros, se orientavam para o exterior à procura de condições para a fundação de uma morança (por. ex. através da aquisição de um número considerável de

protégés contre les incursions de leurs voisins, les balantes." A "civilização" dos Mandingas é vista de maneira positiva – ao contrário dos "fetichistes" (feiticistas) – e a sua actividade agrícola é apreciada: ver ANS 13 G 301, Pinet-Laprade em 29.8.1863 e ANS 1 G 343, *Monographie du Cercle de la Casamance au Gouverneur du Sénégal en St. Louis*, 21.2.1911, Mac Laud, p. 19 e segs. ("c'est aux Mandingues qu'on a songé lorsqu'on a voulu implanter les cultures d'exportation dans la zone fétichiste de la côte [...]". p. 21).

cabeças de gado), ou as contradições entre as esposas mais jovens e as mulheres e os homens mais velhos, podiam ser em parte resolvidas, e em parte ultrapassadas através de actividades orientadas para o exterior.²¹

A emigração de jovens válidos para culturas comerciais fora do território bejaa podia, tendo em conta a densidade populacional constantemente alta, ser suportada, isto é, ser um factor de estabilização²² e melhorar o grau de informação dos Bejaa. Quando os Franceses, no início dos anos 90, estenderam a cultura de amendoim às zonas reivindicadas pelos Portugueses – a linha da fronteira ainda não estava fixada e a ocupação colonial portuguesa ainda não era efectiva – por causa dos maus resultados em Casamansa, foi relatado que a emigração de Balantas de Cacheu para as regiões com culturas comerciais em Casamansa estaria ligada ao facto de os Balantas rejeitarem uma modernização da agricultura no seu território (Bonvalet 1892, 1893:298).

Esta emigração parece ter-se efectuado como protesto contra a decisão dos anciãos de não aumentarem a cultura de amendoim, embora pelos vistos tivesse tido apenas um efeito estabilizador. Ela continha elementos de protesto, e ao mesmo tempo visava a extensão das formas económicas já existentes a novos territórios (como Boudhié, entre outros). A emigração era em parte sazonal. A informação de Bonvalet, segundo a qual as emigrações de Cacheu teriam provocado uma estagnação, é refutada pela evolução registada durante os 50 anos seguintes.

As experiências com a cultura comercial do amendoim, ou seja as informações sobre ela e as suas consequências, bem como a dependência dos negociantes intermediários e dos danos do solo, observados muito cedo em Casamansa (ANS 13 G 368, n.º 169 de 1.9.1867), provavelmente influenciaram o comportamento dos Bejaa de modo decisivo. Apesar dos intensos esforços, das ameaças e promessas das autoridades coloniais, eles mantiveram pequenas as superfícies de cultivo do amendoim, isto é, integraram este no seu sistema de rotação de culturas e cultivavam-

²¹ A sociedade brassa é que foi melhor investigada, particularmente no que diz respeito às estruturas de poder (Handem 1985). Indicações dispersas sobre relações sociais e políticas nos Bejaa/Becanja encontram-se em Diagne 1933; M'Bow 1955; N'Diaye Correard 1970.

²² Entre as etnias da Guiné-Bissau, bem como do Senegal, é a balanta a que apresenta a mais alta densidade populacional. Os recenseamentos e as estimativas do aumento da população dentro do território balanta são difíceis devido à alta mobilidade e ao periódico vaivém de certos grupos de idade. (Ver, entre outros, M'Bow 1955.)

no em certas superfícies e de forma limitada, sem restringirem a produção dos outros produtos alimentares (arroz, milho miúdo). As informações mensais sobre a situação económica em Balantakunda descrevem as actividades agrícolas na primeira década deste século. Elas deploram unanimemente – exceptuando algumas pequenas acções esporádicas – *que os Balantas se oponham à cultura de mancarra* (ver p. ex. ANS 2 G 8, 9 sobre os anos 1908 e 1909).

Eles podiam produzir de outra maneira o necessário para pagar os impostos. Só depois de as disposições sobre os estrangeiros se tornarem eficientes para os Balantas, isto é se mostrarem igualmente eficazes num tempo determinado e em todos os domínios (política/administração/economia), quando a dominação colonial, pelo menos na Africa Ocidental francesa, via aproximar-se o seu fim, os Bejaa/Becanja começaram a adaptar-se à cultura comercial da mancarra. Esta adaptação efectuou-se juntamente com rápidas conversões a Mandingas e ao Islão (Pélissier 1966).

Entre os produtores de amendoim na Guiné-Bissau, foram os Balantas que acharam um método apropriado de integração do amendoim no seu sistema de rotação de culturas, de forma a evitar a lixiviação excessiva dos solos (Benaga, Brassa, ver da Mota 1954:294, 297; ver igualmente M'Bow para Maranguru em Casamansa, 1955).

Os processos através dos quais os Balantas recolheram conscientemente as primeiras experiências na cultura do amendoim, e a seguir tomaram decisões sobre a necessidade de o cultivar e a extensão em que esse cultivo devia ser feito, são pouco conhecidos. Entre os fins do século passado e os anos 40 deste século, os Brassa (Balantas) experimentaram nos arredores de Binar e Nhacra (no canal do Geba) a cultura do amendoim, mas suspenderam-na, ao que parece, por os resultados terem sido pouco satisfatórios. Uma modificação rápida da qualidade do solo e, com isso, da paisagem, poderia ter sido a causa principal (Carreira BCGP 16, 1961: 276; da Mota 1950; cf. Correia e Lança 1890 e E. de Vasconcelos 1917).

Em 1892-93, os Bejaa deixaram cortesmente o Senhor Bonvalet aportar ao sul do Cacheu durante a sua viagem de propaganda sobre a mancarra. Os Bejaa de Buará e outras aldeias, que só eram acessíveis após horas de marcha sobre a lama, con-

cordaram em receber sementes para experiência, as quais lhes foram prometidas na viagem realizada em meados de 1892.

Bonvalet observou já em 1893, depois de ter tido maior oportunidade de conhecer a atitude geral dos Balantas, que este esforço tinha sido inútil.

Chegamos de noite ao rio de Bou-Ara [...] e de manhã abandonamos o barco. Estamos enterrados na lama até aos joelhos [...] Depois de uma marcha de duas horas, atingimos a primeira povoação [...] anunciamos a nossa visita ao rei [...] encontrámo-lo a rachar lenha diante da cabana real [...] Estamos sentados numa cabana circular, e o rei no meio; tem ao seu lado dois ministros de aparência honorável [*comentários irónicos*] [...] O objectivo da nossa entrevista é a cultura do amendoim, que queremos introduzir no seu território. Ele promete fazer uma experiência, por isso nós prometemos-lhe sementes [...] Assim decorrem as entrevistas em outras tabancas (Bonvalet 1892:237 e segs.).

O povo dos Balantas é trabalhador, e é o único no rio Cacheu que não trabalha só para comer. Os Balantas vendem excedentes de arroz e milho miúdo, contudo sem fazerem grandes lucros. Dever-se-ia actuar no seio deles contra as ideias que impedem o comércio e a civilização, e encorajar os homens a produzirem mais, a expandirem a cultura do arroz e a cultivarem cada vez mais mancarra (Bonvalet 29.1.1893).

As reflexões de Bonvalet referem-se ao alto potencial de produção não utilizado do território, e a como dissuadir os Balantas da sua superstição e melhor explorar este potencial.

Atravessámos quase todo o território mandinga e fula, e estamos convencidos de que oferecem, na medida em que a civilização os penetrar, brilhantes perspectivas para o comércio. No que diz respeito aos Balantas temos certas reservas, mas não no que concerne aos rendimentos das colheitas que poderiam ser obtidos do seu território [...] pensamos que eles não aceitam muito facilmente o desenvolvimento e a civilização" (Bonvalet, Março 1893).

O objectivo de expandir uma agricultura produtiva e adaptada ao meio, em combinação com certas práticas sociais tais como a deslocação dos locais de habitação, o roubo de gado e a extensão de certas formas de comércio e troca, ou de modificar esta agricultura em função dos conhecimentos e da concepção que os Balantas tinham sobre as interrelações ecológicas, condicionaram possivelmente que as políticas e outras práticas culturais tenham sido relativamente flexíveis.

A flexibilidade das instituições políticas permitiu que os Bejaa se pudessem manifestar de modo mais ou menos centralizado ou descentralizado, e aproveitar isso tacticamente. Esse aspecto é importante para o esclarecimento das afirmações extremamente contraditórias sobre os Bejaa em períodos de tempo muito curtos, além dos interesses respectivos e conhecimentos dos parceiros que estavam em ligação com os Bejaa/Becanja.

Em 1849, Bertrand-Bocandé formulou outras opiniões, na base de observações de aspectos completamente diferentes dos referidos pela maioria dos funcionários coloniais e viajantes poucos anos depois. Além disso, diferentes grupos de interesse dos Bejaa/Becanja se tornavam activos nas relações exteriores conforme o contexto das interacções e as motivações para os contactos.

Deve-se distinguir, entre outros, as mulheres que casavam em segundas núpcias com estrangeiros – geralmente negociantes – para elas próprias se tornarem activas no negócio; os homens ainda sem casa própria e que praticavam por isso roubo de gado, vendiam temporariamente a sua força de trabalho, desbravavam novos campos, etc.; e, por fim, chefes de família estabelecidos, que possuíam autoridade e entre outras coisas podiam por isso receber em princípio os estrangeiros só em suas casas. A responsabilidade no contexto balanta significa presença, que mantém intacta a comunidade: isso é válido para a organização do trabalho, para a comunicação com outros, para a unidade religiosa e ritual (cf. entrevistas Quinara e Mansoa, 1988; Handem 1985:140 e segs.).

Por essas razões, os “chefes” reconhecidos dos Bejaa não podiam aparecer perante os funcionários coloniais em Sédhiou. A isso respondiam os funcionários coloniais com a captura de reféns, o que levou ao aparecimento de chefes balantas cujas posições eram pouco claras (Dorval Alvares 1866, ANS 13 G

368). Quando os Franceses souberam que esses chefes “não tinham nenhuma autoridade”, tentaram empregar não só espiões mas também, e conforme a sua imaginação, chefes que de vez em quando eram sacrificados para cerimónias – *tali* – “de purificação” da comunidade.²³

A percepção e a realidade das relações políticas nos Balantas, bem como as diferentes tentativas do poder colonial para se entender com os chefes que não tinham poder de decisão – os quais pelos vistos *desempenhavam um papel* que lhes foi ordenado – e negociar contratos, ou seja medidas que possibilitassem uma penetração no território balanta e a exploração dos seus recursos, constitui um tema só por si. Ele não pode ser exposto aqui com as suas *nuances* e nas suas diferentes formas.

Na segunda metade do século XIX, quando os Balantas deviam actuar de modo altamente coordenado para se defenderem e atacarem em diferentes frentes, a “falta de direcção” parece estar relacionada com as medidas da política colonial francesa. A “falta de direcção” pode ter sido a resposta política dos Balantas às aspirações de dominação francesas. Nos tempos mais antigos, a monarquia dos Bejaa/Becanja pode também ter sido uma construção ao serviço dos objectivos da política externa, de acordo com outros parceiros e contextos.

Uma vez que a política colonial se tornou concreta para os Balantas, e em primeiro lugar para os Franceses, isto é a partir dos meados dos anos 60 do século XVII, os Balantas parecem ter-se decidido por uma imagem de “falta de direcção”, pelo menos nos lugares e nas ocasiões em que surgiam conflitos. Eles sabiam bem a confusão que isto provocava nos seus inimigos. Assim não podiam ser “imobilizados” durante muito tempo, e ganhavam tempo para descansarem das derrotas.

²³ Ver ANS 13 G 381, *Gouv. Gén. de l'A.O.F., Service des Affaires politiques, Sénégal, Région de Yatacounda - Casamance; Empoisonnements rituels, Féticheurs de la Guinée Portugaise*, 1912, telegrama n.º 96 de 31.1.1912 do Governador do Senegal, Sr. Cor, ao Sr. Arnaud em St. Louis. O conteúdo do telegrama refere-se às investigações do Administrador de Casamance, Brunot. “Diz-se que o aparecimento do Tali assume proporções tais, que a população estaria ameaçada de extinção. Somente em Yatacunda, verificaram-se, dos 400 habitantes sem contar as crianças, cerca de 59 mortos. E na maioria das aldeias, *les chefs qui nos étaient dévoués* teriam sido mortos” (ver também Mac Laud, 1912).

Uma estratégia a longo prazo?

Valeria a pena examinar se, sob uma “perspectiva balanta abrangente” que incluiria todos os subgrupos balantas, pode ser desenvolvida a hipótese de que entre eles foi sempre estabelecido um consenso em relação às acções dirigidas para fora do seu território.

Desta forma, as práticas visando a defesa contra a dominação estrangeira, a auto-afirmação e a expansão do seu sistema agropecuário, usuais entre os Bejaa e Becanja durante o século XIX e ainda muito depois, teriam sido relevantes não só para a manutenção da autonomia local e da planificação dos recursos, mas também não menos importantes para a independência dos seus vizinhos balantas. Será que, numa perspectiva de longa duração, a planificação dos recursos teria sido a base e a linha mestra da orientação prática, visando a auto-afirmação política e económica do conjunto da comunidade balanta desde o século XVII até à época das guerras de independência? E as especializações intra-étnicas seriam uma parte de um “projecto macro-social” a longo prazo, tendo desempenhado um papel de destaque para o processo contínuo da etnogénese e da elaboração da identidade balanta?

Desde o século XVII, varias fontes escritas e orais confirmam a suposição de que deve ter havido certos métodos pelos quais os Balantas estabeleceram um consenso intra-étnico e em parte mesmo inter-étnico sobre as formas de resistência necessárias, sempre que surgiram casos concretos. Já Almada relata um ritual difundido em Kasa, entre os Banhuns, Brame/Pepel outras etnias, que tinha a função de fazer prestar juramento à comunidade, e em particular aos seus dirigentes, de respeitarem certas decisões e leis (1594/1964:84; cf. BNL).

Um ritual *tick*²⁴ semelhante ao dos Balanta-Brassa, sob a direcção do *fan boja*, (‘dono da terra’), é descrito por Handem (1985:118, 204, 208): Depois de ter ouvido, junto ao “mato sagrado”, a opinião do povo, toma-se uma decisão considerada obrigatória para todos, consagrada pela união de mulheres com o *dono da terra*, em forma de serpente. Os rituais *tick* tiveram grande importância na época das guerras anti-coloniais. A exis-

²⁴ *Tick*: Poder ou capacidade de proferir benções e maldições; em kriol, *manji*.

tência dessa e de instituições semelhantes na região e o facto de terem sido relatadas relativamente cedo já por Almada, deixam supor que o seu papel entre os Balantas seja de importância análoga e que os rituais eram realizados para assegurar a execução de decisões sobre o comportamento em relação a gente de fora e sobre outros assuntos de importância para os clãs ou para grupos locais.

Em seguida, passo a resumir as informações contidas em vários documentos relativos à atitude defensiva dos Balantas face aos estrangeiros. Trata-se de textos escritos por europeus e de interpretações da história por balantas, gravadas entre 1987 e 1992 na Guiné-Bissau.²⁵ As mais antigas fontes escritas ilustram situações nas quais os Balantas eram observados e analisados por estrangeiros ou situações em que agiam de parceria com estes.

Em geral é exacto que os Balantas, *devido à identidade de objectivos da sua política externa*, foram considerados como uma unidade, apesar da evidente diferença interna na estrutura social, na ordem política, na economia, e em parte também na língua (Lemos Coelho 1669/1684, 1953; de Sandoval 1627; cf. Hair 1967).

A diferenciação interna dos Balantas – que ainda foi pouco investigada, exceptuando em parte os Brassa (produtores de arroz de bolanhas), pois dos subgrupos são conhecidos apenas os nomes – parece estar relacionada com as estratégias ecológicas e com a integração, ou seja a adaptação a novos grupos ao longo das migrações (Lima 1985; da Mota 1954; Carreira BCGP 19, 1964; Rogado Quintino BCGP XXII, 1967 e BCGP XXIV, 1969, entre outros).

A política externa das unidades balantas isoladas depende das realidades e interesses locais e é portadora, ao mesmo tempo, dos objectivos a longo prazo da comunidade inteira. Isto aparece de modo particularmente claro no caso dos Bejaa, os “mais diferentes” entre os Balantas.

O seu território parece ter sido, até à Segunda Guerra Mundial, parte do território balanta, onde as tentativas de dominação contra os Balantas foram intensivas, consecutivas e levadas a cabo de forma concentrada.

²⁵ Estas gravações, que foram em parte traduzidas, estão na posse do Projecto “*Agrargesellschaften und Entwicklungspolitik in Guinea-Bissau*” (“Sociedades agrárias e política de desenvolvimento na Guiné-Bissau”), no Instituto de Sociologia da Universidade de Münster.

O poder colonial de Sédhiou encontrou uma forma já desenvolvida de resistência, cuja efectividade se deixa esclarecer pelas antigas e repetidas experiências dos Bejaa, especialmente “nos arredores de Kabu”.

A expansão dos Bejaa/Becanja para o norte, que em parte decorreu paralelamente ao desenvolvimento de Kaabu e que foi reforçada pelo aumento dos outros subgrupos, foi, como já se disse, barrada pelos Franceses em Balantakunda. Os Brassa, no sul (Buntoe e Bunke), conhecidos pelo alto nível de desenvolvimento das suas culturas de arroz nas bolanhas (Handem 1985; da Mota 1950; Ribeiro 1988), foram, pelo contrário, submetidos a importantes pressões durante a época colonial portuguesa, especialmente a partir da Segunda Guerra Mundial até aos anos 60, o que provocou importantes migrações.

Os Balantas já ultrapassaram até hoje a fronteira sul da Guiné-Bissau (Carreira 1961; Handem 1985; Mettas 1984). As migrações dos Balantas significam crescimento absoluto, pois o território de origem não é abandonado; pelo contrário, chegavam mesmo a receber apoio dos novos territórios explorados.

As migrações eram não só uma forma de resistência e adaptação à dominação colonial portuguesa, mas também, em tempos mais recuados, uma forma de *incremento da resistência* contra a dominação estrangeira (ver também Handem 1985).

Enquanto que os Bejaa, Becanja, Benaga, Buntoe, Bunke, ganhavam força sob a pressão da dominação estrangeira, os outros grupos étnicos, em situação inicial semelhante e com conhecimentos agrícolas comparáveis, foram destruídos ou anexados. Estes grupos, como os Banhuns e Beafadas, são considerados como populações antigamente estabelecidas. Eles foram um “substrato da dominação kabunke”, no sentido em que eles estão associados com as redes comerciais e tradições de dominação dos Soninkes (Sarakoles) e dos Mandingas do outro lado de Bundu, através de Khasso até Nioro. Também foram um “substrato dos Balantas”, pois incorporaram-nos (p. ex. os Becanja) ou constituíram relações económicas simbióticas com eles, como aconteceu com os Beafadas em Quínara ao longo da história mais recente, a qual ainda tem testemunhas (entrevistas acerca da migração de Mansoa/Nhacra para Quínara 1987, 1988). Na etnografia da Guiné-Bissau existe mesmo a noção de “balantização”, por analogia à de “mandinguização” (ver Handem 1985). Porque

é que os Balantas, especialmente os Bejaa e Becanja, puderam expandir-se como especialistas agrícolas à volta de Kaabu, isto é em interacção com representantes de uma “cultura da dominação” que lhes era superior na técnica militar?

Acerca desta pergunta podem alinhar-se as seguintes reflexões:²⁶

Supomos que, a *todos* os grupos que ao longo do tempo pertenceram aos Balantas, *uma forma particular intensiva de uso da terra e de gestão e ordenamento do meio ambiente garantiu-lhes uma identidade*, e justificamos isso com os seguintes factos directa e indirectamente conhecidos.

Os Balantas, *em todos os locais* que exploraram através de migrações contínuas, levaram à perfeição uma forma altamente especializada e produtiva de uso da terra, quer na cultura de arroz de bolanha, em culturas de sequeiro ou em ambos os domínios, e acentuada de forma variável consoante os casos (Handem 1985:30 e segs.; da Mota 1948:51 e segs., 1950, 1951; Mettas 1984:54 e segs.; Carreira 1967:54).

Indicações sobre a continuidade *a longo prazo* dos conhecimentos e técnicas ligadas a isto referem-se – condicionadas pela posição das fontes – a três áreas confluentes:

- a *produtividade* da agricultura balanta;
- as *transacções* e os objectos das relações de troca entre os Balantas e outros parceiros; e, por fim,
- os métodos que os Balantas utilizam para *controlarem o seu território e os seus recursos*.

Informações sobre a alta produtividade do território balanta – de inhame, milho miúdo, arroz e outros produtos alimentares – encontram-se nos escritos europeus pelo menos desde Almada (1594/1964; ver também Lemos Coelho 1684/1953: 167 sobre o porto de Antula). A informação de Almada refere-se às experiências de um negociante no último quartel do século XVI na costa guineense. Ele observou, como muitos depois dele, que os Balantas no Geba abasteciam os vizinhos Beafadas de inhame e

²⁶ Sobre o tema “resistência e adaptação dos Balantas entre as frentes atlântica e sudanesa”, levanta-se a questão de se existiam e quais eram as relações estabelecidas entre as formas de uso da terra, as estruturas políticas e as diferenciações internas das etnias. Esta pergunta deve ficar em aberto, uma vez que os conhecimentos sobre os subgrupos dos Balantas são ainda incompletos.

outros produtos alimentares (1964:81; Lemos Coelho 1684/1953:167). Almada descreve também como rica em produtos alimentares a zona à qual pertence a antiga fronteira norte do território balanta nas duas margens do alto e médio curso do rio Cacheu (1964:79).

As exportações dos produtos alimentares foram negociadas desde aquela altura em mercados e embarcadouros fora do território balanta, ou em sítios delimitados dentro do território dos Balantas. Os Bejaa e Becanja tinham cais de embarque nas duas margens do Cacheu, a uma certa distância de povoações do mesmo nome, como Nigre (Ingoré), Bahar/Bar (Barro), Soar (Suar) Gincio (Genico), Baiabo, Canfarão e Batur, que eram, em parte, sítios principais de “reinos” também conhecidos sob este nome (Lemos Coelho 1669/1684; Bertrand-Bocandé 1849; Graça Falcão 1894/1897; Carreira 1963).

A partir dos “portos” eram abastecidos com produtos alimentares os grandes centros internacionais de comércio, como Cacheu na foz do rio do mesmo nome e, no seu curso superior, Farim, que pertencia às zonas de dominação dos Mandingas de Kaabu e era importante no comércio da cola e de escravos (Lemos Coelho 1684/1953:154 e segs.; Almada 1594/1964:81; Manuel Alvares 1616/ da Mota 1974:59; Simon 1859; Labat 1728/V:193).

Os portos que pertenciam ao reino ficavam nos terrenos baixos das rias e a uma certa distância das povoações. Durante a estação das chuvas, o território junto das rias era particularmente inacessível para os que não conheciam o país (ver sobretudo Bonvalet 1892:237 e segs.), de tal modo que as formas de habitação e de economia nas zonas elevadas, como também os campos de arroz na floresta, não podiam ser notados pelos comerciantes em viagem. Os comerciantes sentiam-se também seguros a bordo dos seus barcos, a partir dos quais dirigiam geralmente as suas transacções. Eles interessavam-se mais pela mercadoria que podiam obter e vender, e menos pelas condições da sua produção.

Nos finais do século XVII, e ainda mais tarde, quando Kaabu, com a florescência do comércio de escravos, atingiu o apogeu do seu poder, para os grupos de interesse e comerciantes estrangeiros os Balantas apareciam como habitantes de um território bloqueado, do qual partiam várias ameaças. Lá os fugi-

tivos ou escravos capturados pelos Balantas eram definitivamente subtraídos ao controle dos proprietários. De lá partiam ataques bem dirigidos contra estrangeiros que se deslocavam por terra e por mar nas fronteiras do território. Para autores contemporâneos que conheceram Cacheu e Bissau e que daí queriam entrar em contacto com balantas ou desejavam viajar pelos territórios balantas, “Balanta” simbolizava anarquia, agressividade, xenofobia (Labat 1728/V:188 e segs.).

Contrariamente ao que é exposto por estes autores, os Balantas isolavam-se menos do que eles mostravam, de tal maneira que nas relações com estrangeiros, eles é que tomavam a iniciativa, como o dão a entender as afirmações de Labat (ver A. de Brüe/La Courbe).

O texto citado a seguir corresponde às experiências de uma época na qual os Balantas foram muitas vezes atacados a partir de Bissau, entre outros por Pepéis e lançados em 1695, aliás como o próprio Labat relata (1728/V: 192). Os Balantas podiam subtrair-se também aos seus vizinhos, que com frequência faziam o papel de intermediários no negócio entre Balantas e europeus. A guerra contra os vizinhos – bem como as manifestações “xenóforas” contra os europeus – podem ser vistas como momentos de um contexto político.

[Os negros chamados Balantas] não têm nenhuma relação com os outros negros seus vizinhos no continente ou nas ilhas. Eles não permitem a ninguém penetrar no seu território. Eles não dão as suas filhas em casamento aos vizinhos e raramente tomam as filhas destes para esposas dos seus filhos. E contudo os seus vizinhos permitem-lhes que venham às suas casas [...] mas eles não admitem que estes, vice-versa, venham ter às suas.

O seu governo é como as repúblicas sob um conselho, que é formado pelos anciãos de cada unidade [*canton*]. Eles não fazem escravos entre eles. Isto é também quase o único bem neles, pois eles, aliás, são maus e ladrões monstruosos. Por serem ávidos e corajosos, atacam muitas vezes os barcos portugueses que circulam sobre o canal [Geba]. Mais de uma vez, conseguiram capturar estes. Nestes casos irritantes [...] eles matam os brancos sem clemência, e quando lá encontram negros presos,

devolvem-nos aos seus vizinhos, ou trocam-nos por bois [...] (segundo Labat 1728/V: 188).²⁷

A real – agrícola – e a presumida riqueza em ouro dos Balantas provocou o interesse dos comerciantes que na altura investigavam as fontes do ouro na África Ocidental. Os indícios dos quais se partia para especular sobre a riqueza agrícola dos Balantas eram a sua assiduidade no trabalho e as quantidades de produtos alimentares que levavam ao mercado ou vendiam directamente aos barcos estrangeiros. Nessa altura os Balantas pagavam em ouro os seus tributos a Kasa, o que levou Labat, o qual tinha compilado (Cultru, 1913) os relatos de La Courbe (1685/6) e Brüe (cerca de 1700), a formular a hipótese de que este ouro devia vir do próprio território balanta, pelo facto de os Balantas não terem nenhum contacto com os Mandingass (1728/V:193, 194).

No caso de o ouro ter estado em circulação entre os Balantas (ver também as entrevistas de Faja/Birkama 90/91), isto é uma indicação certa de que eles eram activos no comércio internacional, o que corresponde ao relato de Lemos Coelho sobre o comércio na fronteira norte dos Balantas. Não se pode falar de isolamento dos Balantas, como tradicionalmente continuou a ser referido desde Labat (ver também Pélissier 1966).

Trata-se de uma generalização na base das medidas destinadas ao controle do território que os Balantas usavam, impondo-as ou levantando-as em determinados contextos sobre o território inteiro ou partes dele. Os seus métodos para efectuarem transacções abrangiam um longo espectro de alternativas de acção. As transacções em que participavam os Balantas efectuavam-se directa ou indirectamente através dos seus vizinhos (da Mota 1974:11), dentro dos territórios balantas (ver Bonvalet 1892/3), em lugares bem delimitados no interior ou na margem do seu território (Lemos Coelho 1669/1684; *Croquis du cours de la Casamance 1858*, ANS 13 G 361), ou a partir de povoações particulares (Mone, perto de Bissorã, ou Bonou, em Boudhié), com comerciantes individuais (*julas/jilas*, “*traitants*”) ou com caravanas que atravessavam o seu território, ou também através

²⁷ Sobre as fontes Labat, La Courbe e A. Brüe, ver Cultru 1913 e da Mota 1974.

de mulheres balantas e grupos de homens (jovens) que se tornaram activos fora dos territórios balantas.

Os Balantas envolviam-se em relações comerciais tanto fora como também em lugares delimitados na margem ou dentro do seu território. Os Bejaa e Becanja tinham “portos” não só ao longo do Cacheu, mas favoreciam também a instalação de comerciantes na sua fronteira oriental, onde os Bejaa, Oinkas, Mansoankas e Brassá têm contactos. Em Mone, que fica ainda no território dos Bejaa, não longe do eixo de transporte Bissorã/Maké até Farim, estavam instalados, segundo Bertrand-Bocandé, Mandingas muçulmanos, os quais através das suas mulheres balantas ganharam influência entre os Bejaa em todos os aspectos (1849:345; ver também Carreira 1961, *BCGP* XVI, p. 269). As caravanas comerciais dos Mandingas (*jilas*) atravessavam os territórios bejaa mesmo durante os períodos de tensão, quando os Franceses e Mandingas actuavam massivamente contra os Balantas (p. ex. em Dezembro 1899, ver Mac Laud 1911:56, ANS 1 G 343).

No mesmo período em que foi referido que não eram possíveis quaisquer relações pacíficas entre Balantas e Mandingas, viajavam também muitos *jilas* individualmente através dos territórios balantas. Deve ter-se tratado de um grande número, se forem tomadas como base para uma estimativa as queixas de ataques de Balantas sobre essas pessoas apresentadas aos Franceses como força de ordem (Mac Laud 1911:53 e segs.; ANS 1 G 343). Sobre o estatuto dos comerciantes entre os Balantas escreve F.A. Marques Geraldés, o comandante de Geba, antigo território português:

Cada negociante que se encontra de visita numa casa Balantas passa por sagrado para eles. Não há nada que não se faça para assegurar a estima do visitante (1887:517).

Depois os Balantas visitavam com frequência as instalações comerciais fora do seu território, ou os barcos que circulavam ao longo dos rios. Tratava-se para eles, que como produtores directos, ofereciam os seus produtos e eram dependentes da aquisição de certos produtos, da forma mais favorável de troca (por ex. ferro, e, em parte, panos).

Quando os Franceses, a partir do século XIX, se estabeleceram na margem norte do território ajaa-acanja, encontraram modelos de comunicação já organizados entre os Balantas e os Soninkes (Sarakoles)/Mandingas, como aqueles que Bertrand-Bocandé observou em Mone. Depois de estas estruturas terem sido em parte destruídas pela política francesa, novos grupos de origem heterogénea – dos escravos libertados até aos negociantes wolof de St. Louis – estabelecidos pelos Franceses, e os quais se compuseram de novo com os moradores existentes, parecem ter passado a desempenhar em pouco tempo um papel em relação aos Balantas.

As mulheres balantas, da mesma maneira que contraíam casamento, ou seja relações económicas com comerciantes ambulantes soninkes/mandingas, travavam relações com os novos elementos.

A discórdia entre os Balantas e os Mandingas impede os Balantas de levar os seus produtos às feitorias . Uma vez que os seus chefes não dispõem de nenhuma autoridade, não se pode oferecer produtos nas aldeias balantas. Contudo *eles são aferrados a negociar connosco*, e seria fácilimo estabelecer um posto no seu território. *Até hoje, o seu milho miúdo, o seu arroz e a sua cera são negociados nos barcos.*

As mulheres vêm a Sédhiou, onde elas casam os soldados negros libertos, os moradores de Dargone; muitas ficam, outras voltam às suas aldeias logo que juntam alguns produtos. Através dessas mulheres, Dargone (a aldeia) é abastecida com arroz e milho miúdo durante a estação das chuvas [...] Deste modo, os Balantas aproximaram-se de nós e trazem às vezes os seus produtos [...] (Croquis du cours de la Casamance 1858, ANS 1 G 361).

Bonou é uma aldeia rodeada de paliçadas, onde ainda moram alguns Banhuns, os quais descendem dos antigos moradores. Um deles é como o chefe da aldeia. Bonou é controlado por *negociantes mandingas*, os quais fizeram deste lugar o *ponto central do seu comércio com os Balantas*. Os Franceses e Ingleses têm lá sempre depósitos de mercadorias. *A maioria das mulheres de Bonou*

são balantas. Em Sédhiou (francês) encontram-se também numerosas mulheres balantas [...] (Bertrand-Bocandé, 1849:349).

O número de mulheres balantas em Boudhié é considerável. Elas são *casadas com estrangeiros, sobretudo com Sarakoles*. Diz-se que os Balantas se teriam conluiado contra Sédhiou, e nomeadamente na base de informações que estas mulheres lhes tinham dado [...] (Dorval Alvares, *Rapport sur les Balantes*, 1866, ANS 13 G 368).

A hipótese que sustentamos é que durante o século XIX, os Balantas estiveram integrados numa rede de relações comerciais já *estabelecidas há muito tempo*, e que isto – que poderia ser aprofundado noutra lugar tomando em consideração as relações Soninkes/Mandingas/Banhuns e Banhuns/Balantas – está relacionado com a ligação dos Bejaa/Becanja à esfera política de Kasa e Kaabu. A continuidade das relações comerciais internacionais no quadro de unidades políticas e territoriais verificada do século XVII até ao século XIX é, segundo as indicações de Lemos Coelho e Bertrand-Bocandé, certamente provável e é – embora através de documentos contraditórios – confirmada.

BIBLIOGRAFIA

Obras publicadas e não publicadas

- ALMADA, André Álvares de 1964 (1594) – *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*. Leitura, introdução e notas de António Brásio. Editorial L.I.A.M., Lisboa.
- ÁLVARES, Pe Manuel (1616) – Da Ilha de Bissau, natural e qualidade do gentio que a povoa; Etiópia Menor, in A. Teixeira da Mota, 1974 (*As viagens...*, p. 59 e segs.).
- AMSELLE, Jean-Louis 1988 – Un État contre l'État: Le Keleyadugu, in *Cahiers d'Études Africaines* XXVIII (3-4), 111-112, p. 463 e segs.
- 1990 – *Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*. Paris.
- BARRY, Boubacar 1988 – *La Sénégambie du XV au XIX siècle. Traite négrière, Islam, conquête coloniale*. Paris.
- BATHILY, Abdoulaye 1975 – A Discussion of the Tradition of Wagadu with Some Reference to Ancient Ghana. In: *BIFAN*, t. 37, n.º 1.
- 1989 – *Les portes de l'or. Le royaume de Galam (Sénégal) de l'ère musulmane au temps des négriers (VIIe-XVIIIe siècle)*. Paris.
- BAZIN, Jean 1988 – Princes desarmés, corps dangereux. Les "rois-femmes" de la région du Ségu. In *Cahiers d'Études Africaines* XXVIII (3-4), 111-112, p. 375 e segs.
- BECKER, Ch. e MARTIN, V. 1975 – Kayor et Baol: Royaumes sénégalais et traite des esclaves au XVIIIe siècle. In *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer* 62, p. 270 e segs.
- BÉRÉNGER-FÉRAUD, L. J. B. 1879 (R: 1973) – *Les Peuplades de la Sénégambie*. Paris.
- BERTRAND-BOCANÉ E. 1849 – Notes sur la Guinée Portugaise ou Sénégambie méridionale. In *Bull. de la Société de Géographie de Paris*, 3ª série, tomo XI, n.ºs. 65-66, Maio-Junho, pp. 265-350 e tomo XII, n.ºs 67-68, Julho-Agosto, pp. 57-93.
- BOILAT Abbé 1984 (1853) – *Esquisses Sénégalaises*. Intr. A. Bara Diop. Karthala, Paris.

- BOLETIM CULTURAL DA GUINÉ PORTUGUESA 1946-1972 – V. Carreira, António; Quintino, Fernando Rogado; Teixeira da Mota, Avelino *et al.*
- BONVALET, E. 1890 – La Sénégambie, de la Cazamance au Rio Cachéo. In *Bull. de la Société de Géographie de Lille*, ano 11, tomo 14, 2º semestre, pp. 113-120.
- 1892 – Au pays des Balantes. In *Bull. de la Société de Géographie de Lille*, ano 13, tomo 18, 2º semestre, pp. 234-239.
- 1893 – Manjacques, Feloups, Balantes. In *Bull. de la Soc. de Géographie de Lille* n.º 19, pp. 294-302.
- 1893 – Sur le rio de Cachéo, l'esclavage en Guinée Portugaise – Moussa Molo. In *Bull. de la Soc. de Géographie de Lille* n.º 19, pp. 406-415.
- BOULÈGUE Jean 1980 – L'ancien royaume du Kasa (Casamance). In *B.I.F.A.N.*, tomo 42, série B., n.º 3, pp. 475-486. Dakar.
- 1986 – *La Traite, l'État, l'Islam. Les royaumes wolof du XVème au XVIIIème siècle*, vols. I-III, Habil, Paris I.
- BOWMAN, Joye L. 1984 (1980) – Guiné-Bissau: Ensaio historiográfico sobre as obras publicadas desde 1960. In *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa.
- 1986 – Abdul Njai: Ally and Enemy of the Portuguese in Guinea-Bissau, 1895-1919. In *Journal of African History* 27 (1986), pp. 463-479.
- BROOKS George E. 1980 – Kola Trade and State Building: Upper Guinea Coast and Senegambia, 15th-17th Centuries, African Studies Center, Working Papers nº 38, Boston.
- 1983 – A Nhara of the Guinea-Bissau region: Mãe Aurélia Correia. In Robertson, Claire C. e Martin A. Klein (eds.), *Women and Slavery in Africa*. University of Wisc. Press, Londres.
- CABRAL, Amílcar 1983 – *Die Theorie als Waffe*. Bremen.
- CARREIRA, António 1947 – *Mandingas da Guiné Portuguesa*, C.E.G.P. nº 4, Bissau.
- 1961 – Organização social e económica dos povos da Guiné Portuguesa. In *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, t. 16 (64), pp. 641-736.
- 1961, 1962 – População autóctona segundo os recenseamentos para fins fiscais. In *BCGP*, t. 16 (62), 17 (65-67).

- 1963 – Duas cartas tipográficas (1894-1897) de Graça Falcão e a expansão do islamismo no rio Farim. In *Garcia de Orta*, vol. 11, n.º 2, pp. 189-212.
- CARREIRA, António 1964 – A etnonímia dos povos entre o Gâmbia e o estuário do Geba. In *BCGP*, vol. XIX, n.º 75, pp. 233-278.
- 1967 – Manjacos, Brames e Balantas (Aspectos demográficos). In *BCGP*, vol. XXII, n.ºs 86-7, pp. 41-92.
- CHATAIGNER, Abel 1963 (1944) – Les populations du cercle de Kédougou. In *Cahiers du C.R.A* n.º 1. In *Bull. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, tomo 5, XIª sér., fasc. 1-2, tomo supl. do ano, pp. 87-111.
- CISSÉ, Nouka 1977-78 – *La fin du Kaabu et les débuts du royaume de Fuladu*. Univ. Dakar, Fac. des Lettres et Sciences Humanes, Dpt. Histoire.
- CISSOKO, Sékéné Mody 1969a – Traits fondamentaux des sociétés du Soudan occidental du XVIIe au début du XIXe siècle. In *BIFAN.*, tomo XXXI, n.º 1, p. 1 e segs.
- 1969b – La royauté (mansaya) chez les Mandingues occidentaux d'après leurs traditions orales. In *BIFAN.* XXXI, n.º 2, p. 325 e segs.
- 1980a – L'organisation politique du Gabou. In *Ethiopiennes (Les Traditions orales de Gabou)*, 1980, p. 195 e segs.
- 1980b – Introduction à la histoire des Mandingues de l'Ouest. In *Ethiopiennes (Les Traditions orales de Gabou)*, 1980, p. 73 e segs.
- CISSOKO, S. M. e SAMBOU, K. 1974 – *Recueil des Traditions Orales des Mandingues de Gambie et de Casamance*. Centre Régional de Documentation pour la Tradition Orale. Niamey, Níger.
- CULTRU, Prosper 1913 – *Premier voyage du Sieur de la Courbe fait à la coste d'Afrique en 1685; publié avec une carte et un introduction*, Paris.
- CURTIN, Ph. 1975 – *Economic Change in Precolonial Africa. Senegambia in the Era of the Slave Trade*. 2. Teile. University of Wisconsin Press.
- DELAFOSSÉ, Maurice 1972 – *Haut-Sénégal-Niger (Soudan français)*. Maisonneuve et Larose, Paris.
- DE LA MOTA, Francisco (1686) 1974 – Informe y relacion que fr. Francisco de la Mota, viceprefecto de la Mision de religiosos capuchinos de las costas de Guinea y sus compañeros hacen a su Magestad que Dios guarde el Señor Rey de Portugal de modo con que les negros de dichas costas y rios se compran y son reducidos a cautivero. In Teixeira da Mota (*Portuense*), 1974, pp. 121-133, Ms. Biblioteca de Ajuda 54-XIII-15, n.º 94 (cota antiga 52-XI, n.º 94).

- DELESTRANGE, Monique 1955 – *Les Coniagui et les Bassari*. P.U.F., Paris.
- DEVISSE, Jean 1988 – Trade and Trade Routes in West Africa. In *UNESCO General History of Africa III. Africa from the Seventh to the Eleventh Century*; ed. I. Hrbek, cap. 14, p. 367, Paris.
- DIAGNE, Ahmadou Mapaté 1933 – Contribution à l'étude des Balantas de Sédhiou. In *Outre Mer* V, 1, pp. 16-42.
- DONELHA, André 1977 – *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)*. Edição do texto português, introdução, notas e apêndices por Avelino Teixeira da Mota, notas por P.E.H. Hair, tradução francesa por Léon Bourdon. Centro de Estudos de Cartografia Antiga 18, Junta de Inv. Científicas do Ultramar, Lisboa.
- ESPÍRITO SANTO, J. 1949 – Notas sobre a cultura do arroz entre os balantas. In *BCGP*, vol. IV, n.º 14, pp. 197-232. CEGP, Bissau.
- ETHIOPIQUES 1980 – ver (Les) Traditions orales du Gabou.
- FERNANDES, Valentim (1506-1507) 1938 – (Cenival, P. de, e Th. Monod): *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal*. Publications du Com. d'Études historiques et scient. de l'Afrique Occ. Française. Libr. Larose, Paris.
- GESSAIN, Robert 1963 – Introduction à l'Étude du Sénégal Oriental (cercle de Kédougou). *Cahiers du C.R.A.* n.º 1, in *Bull. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, t. 5, XI^a sér., fasc. 1-2, t. suppl. do ano 1963, pp. 85-111.
- GIRARD, Jean 1984 – *Les Bassari du Sénégal. Fils du Caméleon. Dynamique d'une Culture Troglodytique*, L'Harmattan, Paris.
- GOMES, Diogo 1959 – ver Monod, Th., R. Mauny e G. Duval. *De la première découverte de la Guinée (fin XV^e siècle)*, CEGP n.º 21. CEGP, Bissau.
- HAIR, P.E.H. 1967 – Ethnolinguistic Continuity on the Guinea Coast. *Journal of African History*, vol. VIII, n.º 2, pp. 247-268.
- 1967 – An Ethnolinguistic Inventory of the Upper Guinea Coast Before 1700. *African Language Review* n.º 6, pp. 32-70.
- HANDEM, Diana Lima 1985 – Nature et fonctionnement du pouvoir chez les Balantas Brassá; Thèse de 3^e cycle, Centre d'Études Africaines. EHESS, Paris.
- HECQUARD, Hyacinthe 1853 – *Voyage sur la côte et dans l'intérieur de l'Afrique occidentale*. Paris.

- 1854 – *Reise an die Küste und in das Innere von West-Afrika*. Leipzig.
- HODGE Carleton T. (ed.) 1971 – *Papers on the Manding*. Indiana University Publ., African Series, vol. 3.
- HUNTER, Thomas C. 1976 – The Jabi Ta'rikhs: Their Significance in West African Islam. In *International Journal of African Historical Studies*, vol. IX, p. 437 e segs.
- INNES, Gordon 1974 – *Sunjata. Three Mandinka Versions*. SOAS, Londres.
- 1976 – *Kaabu and Fuladu*. SOAS, Londres.
- 1978 – *Kelefa Sane: His Career recounted by two Mandinka Bards*. Ed. e trad. de Gordon Innes. SOAS, Londres.
- JEWSIEWICKI Bogumil e NEWBURY, David 1986 (eds.) – *African Historiographies. What History for Which Africa?* Sage Publ.
- JOBSON R. 1932 – *The Golden Trade (1623)*. Londres.
- KELLY, Gail P. 1984 – The Presentation of Indigenous Society in the Schools of French West Africa and Indochina, 1918 to 1938. In *Comparative Studies in Society and History* n.º 26, p. 523 e segs.
- KRAMER, Fritz e SIGRIST, Chr. 1978 (1983) (eds.) – *Gesellschaften ohne Staat*. 2 Bde, Syndikat, Frankfurt.
- LABAT, Jean Baptiste 1728 – *Nouvelle Relation de l'Afrique Occidentale contenant une description exacte du Sénégal e des Pais situés entre le Cap Blanc et la Rivière de Serrelionne, jusqu'à plus de 300 lieues en avant dans les Terres. L'histoire naturelle de ces Pais, les différentes Nations qui y sont repandues, leurs Religions et leurs Moeurs avec l'État ancien et présent des Compagnies qui font de Commerce*, tomos I-V. Guillaume Cavelier, Paris.
- LABRETOIGNE DU MAZEL 1906 – Notice sur la Casamance, ANS 1 G 328.
- LABOURET, H. 1934 – Les Manding et leur langue. In *BCEHSAOF* 17.
- LEARY, Francis Anne 1972 – The role of the Mandinka in the Islamization of the Casamance 1850-1901. In *Papers on the Manding*, ed. Ch. Hodge.
- LEMONS COELHO, Francisco de (1669, 1684) 1953 – *Duas descrições seiscentistas da Guiné*. Manuscritos inéditos publicados por Damião Peres, Lisboa.
- LINARES Olga F. 1981 – From tidal swamp to inland valley: on the social organization of wet rice cultivation among the Diola of Senegal. In *Africa*, vol. LI, n.º 2, pp. 557-595.

- 1987 – Deferring to Trade in Slaves: The Jola of Casamance, Senegal in Historical Perspective. In *History in Africa*, vol. 14, pp. 113-139.
- MAC LAUD, Dr. 1906 – Étude sur la distribution géographique des races sur la côte occidentale d'Afrique de la Gambia à la Mellacorée. In *Bull. de Géographie Historique et Descriptive*, pp. 82-119.
- 1912 – Ordalies collectives par le poison, chez les Balantes de Casamance (Guinées française et portugaise). Inst. Français d'Anthr. Comptes rendus des séances 23/10 et 20/11, *Suppl. à l'Anthropologie*, tomo 23, n.º 6, pp. 105-108.
- MANÉ, Mamadou 1978 – Contribution à la histoire de Kaabu des origines au XIXe siècle. In *Bull. de l'IFAN*, tomo 40, sér. B, n.º 1, pp. 88-159. Dakar.
- MARCHE, Alfred 1882 – *Trois voyages en Afrique Occidentale. Sénégal, Gambie, Casamance, Gabon, Ougououé*. Hachette, Paris.
- MARK, Peter 1985 – *A cultural, economic, and religius history of the Basse Casamance since 1500*. Studien zur Kulturkunde 78. Steiner, Wiesbaden.
- MARQUES GERALDES, Francisco A. 1887 – Guiné Portugueza. Comunicação à Sociedade de Geographia sobre esta Provincia e suas condições actuais. In *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 7a sér., n.º 6, pp. 465-522. Lisboa.
- MARZOUK SCHIMITZ, Y. 1984 – Instruments aratoires, systèmes de cultures et différenciation intra-ethnique. In *Cah. ORSTOM*, sér. Sci. Hum., vol. XX, n.ºs 3-4, 1984, p. 399 e segs. (Les instruments aratoires en Afrique tropicale).
- M'BOW, Amadou Mohtar 1955 – Enquête préliminaire sur le Village de Mangaroungou. In *l'Éducation Africaine*, n.º 31, pp. 34-64.
- MCDUGALL, Ann 1990 – Salts of the Western Sahara: Myths, Mysteries, and Historical Significance. In *The Intern. Journal of African Hist. Studies*, vol. XXIII, n.º 2, p. 231.
- METTAS, Jean 1984 – *La Guinée portugaise au XXe siècle*. Ac. des Sciences d'Outre Mer. Paris.
- MOLLIEN, G. 1820 – *Travels in the Interior of Africa to the Sources of the Senegal and Gambia performed by command of the French Government in the Year 1818*. Ed. T.E. Bowdich, Londres.
- MONTEIL, Ch. 1915 – *Les Khassonke*. Paris.
- DA MOTA, v. TEIXEIRA DA MOTA.

- N'DIAYE CORREAND, G. 1970 – *Études Fca ou Balante (Dialecte Ganja)*. SELAF, Paris.
- NIANE, Djibril Tamsir 1989 – *Histoire des Mandingues de l'Ouest*. Paris.
- PARÉ, Ibrahima 1980/1 – Étude économique de la Casamance, 1880-1930. Mémoire de Maîtrise. Univ. de Dakar, Fac. des Lettres et Sciences Humaines. Dpt. Histoire.
- PÉLISSIER, Paul 1966 – *Les paysans du Sénégal. Les civilisations agraires du Cayor à la Casamance*. Saint-Yrieix (Haute-Vienne).
- PERSON, Yves – Problèmes de l'histoire du Gabon. In *Ethiopiennes 1980 (Les Traditions orales du Gabou)*. Dakar.
- 1984 – The Coastal peoples: from Casamance to the Ivory Coast lagoons. In *UNESCO General History of Afrika IV* (ed. D.T. Niane, Africa from the twelfth to the sixteenth century), p. 301 e segs.
- QUINTINO, F. Rogado – Os povos da Guiné. In *BCGP XXII*, n.ºs 85-86, pp. 5-40 (1967); *XXIV*, n.º 96, pp. 861-887 (1969). Bissau.
- RANÇON, André 1894 – *Dans la Haute Gambie: voyage d'exploitation scientifique 1891-1982*. Paris.
- RIBEIRO, Carlos Rui 1988 – Causas da queda da produção de arroz na Guiné Bissau (a situação no sector de Tite - Região de Quínara). Centro de Estudos Sócio-Económicos, INEP, Bissau.
- ROCHE, Christian 1976 (1985) – *Histoire de la Casamance. Conquête et résistance: 1850-1920*. Karthala (Nouvelles Ed. Africaines, Dakar, Repr.). Paris.
- RODNEY, Walter 1970 – *A History of the Upper Guinea Coast 1545 to 1800*. Nova Iorque.
- SANNEH, Lamin 1976 – The origins of clericalism in West Africa. In *JAG*, vol. XVII, n.º 1.
- SIGRIST, Christian 1978 – Gesellschaften ohne Staat und die Entdeckungen der social anthropology. In Kramer, F. e Chr. Sigrist (eds.).
- 1981 – Guinea-Bissau: akephale politische Systeme und nationale Befreiung. In Grevenmeyer, Jan-Heern (ed.), *Traditionelle Gesellschaften und europ. Kolonialismus*. Syndikat Verlag.
- SIMÕES, Landerset 1935-1936 – *Babel Negra*. Impressão das Oficinas Gráficas de "O Comércio do Porto".

- SIMON, Eugène 1859 – La Cazamance et les peuplades qui en habitent les bords. In *Bull. de la Société de Géographie* (Paris), 4^a série, tomo 17 (Janeiro-Junho), pp. 115-142. Paris.
- SMITH, Pierre 1965 – Les Diakhanké. Histoire d'une Dispersion. In *Cahiers du Centre de Recherches Anthr.* n.º 4. *Bull. et Mém. de la Soc. d'Anthr. de Paris*, XI^a série, tomo 8, pp. 231-263.
- SURET-CANALE, Jean 1971 – The Western Atlantic Coast 1600-1800. In J.F. Ade Ajayi & Crowder Michael (eds.), *History of West Africa*, 1, Londres.
- TEIXEIRA DA MOTA, Avelino 1948 – *A habitação indígena da Guiné Portuguesa*. Memórias CEGP n.º 7. CEGP, Bissau.
- 1950 – A agricultura dos Brames e Balantas vista através da fotografia aérea. In *BCGP*, vol. V, n.º 17, pp. 131-172.
- 1951 – Notas sobre o povoamento e agricultura indígena na Guiné Portuguesa. In *BCGP*, n.º 23, pp. 657-680.
- 1951 – Contactos culturais luso-africanos na Guiné de Cabo Verde. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 69, pp. 659-67.
- 1954 – *Guiné Portuguesa* (2 tomos). Lisboa.
- 1969 – Der portugiesische Seehandel in Westafrika im 15. und 16. Jahrhundert und seine Bedeutung für die Entwicklung des überregionalen Handelsverkehrs. In *Kölner Vorträge zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, 5. Ed. do Forschungsinstitut f. Sozial und Wirtschaftsgeschichte, Universidade Colónia, 3-19.
- 1970 – *Fulas e Beafadas no rio Grande no século XV*. Agrupamento de Estudos de Cart. Antiga, Séries Separata 60, Lisboa.
- 1980 – Les relations de l'ancien Gabou avec quelques Etats voisins. In *Ethiopiques (Les Traditions Orales du Gabou)*, 1980, pp. 49 e segs. Dakar.
- TENDENG, Antoine 1974 – Les sources de l'histoire de la Casamance aux Archives du Sénégal (1816-1920). Thèse de maîtrise, Univ. de Dakar.
- THILMANS, Guy 1971 – *Le Sénégal dans l'oeuvre d'Offried Dapper*. Nouvelle traduction inédite de la description de l'Afrique par O. Dapper, Amsterdam, 1686. *BIFAN B*, tomo 33, n.º 3, pp. 508-563.
- LES TRADITIONS ORALES DU GABU 1980 – Actas do colóquio internacional sobre as tradições orais do Gabu realizado em Dakar de 19 a 24 de Maio de 1980 pela Fundação Léopold Sédar Senghor. Dakar. In *Ethiopiques*.

- TRIFCOVOC, Mirjana 1969 – Le Mancagne. Étude Phonologique et Morphologique. In *Initiations en Études Africaines*, n.º XXVI. IFAN, Univ. de Dakar, Dakar.
- VALLON, A. 1862 – La Casamance, dépendance du Sénégal. In *Revue maritime et coloniale*, pp. 456-474.
- VELLEZ CAROÇO, Jorge 1948 – *Monjur, o Gabu e a sua história*. Memórias CEGP n.º 8. CEGP, Bissau.
- WRIGHT, Donald R. 1978: – Koli Tengela in Sonko traditions of origin: an example of the process of change in Mandinka oral traditions. In *HA*, n.º 5, pp. 257-272.
- 1979 – *Oral traditions from the Gambia*, vol I, Mandinka griots. Papers, Africa Series n.º 37. Ohio Univ. Center for Intern. Studies. Africa Progr.
- 1980 – *Oral traditions from the Gambia*, vol. II, Family Holders. Ohio Univ. Center for Intern. Studies, Papers, Africa Series n.º 38.

Material de arquivo e entrevistas

I. Arquivo: Arquivos Nacionais do Senegal, Dakar (ANS)

Série G: Política e administração geral.

Sub-série 1 G: Estudos gerais, missões, notícias, monografias.

1 G 193 – Administrateur Adam: Monographie: “Notice historique, Casamance 1894” (1838-1883).

1 G 328 – Administrateur de Labretoigne du Mazel: “Notice sur la Casamance”, 1906.

1 G 342 – Administrateur Mac Laud: “Monographie du Cercle de la Casamance”, 21.2.1911.

Sub-série 2 G: Relatórios políticos e relatórios globais sobre Casamance, os círculos administrativos, as residências. Senegal: Residência de Yata-counda ou Balantacounda. Relatórios mensais globais.

Sub-série 13 G: *Senegal e dependências*.

13 G 301 – Rapports de Pinet-Laprade au Gouverneur (1863-1865).

13 G 361 – Casamance. Situation générale. Correspondances échangées entre les Résidents de Carabane et Sédhiou avec le Commandant de Gorée (1845-1859); recensements, instructions, renseignements. Croquis du Cours de la Casamance (17.11.1858).

13 G 368 – Sédhiou. Correspondance du commandant de poste au commandant de Gorée (1866-1867) Dorval Alvares, Rapport sur les Balantas (1866).

13 G 371 – Casamance. Correspondance des commandants de poste de Sédhiou et de Carabane au commandant du second arrondissement, puis au lieutenant-gouverneur, et de ces derniers au gouverneur. Lettres, rapports, instructions (1881-1891).

13 G 381: Casamance. Affaires politiques diverses (1910-1914).

13 G 474: Casamance. Rapports mensuels et semestriels.

13 G 510: Rapports sur le Balantacounda (1904).

II. Entrevistas (Guiné-Bissau 1987-1991)

a) *Fadjakunda (Fca)*: Série de textos 320, 12/1990/1991. Gravações em fita magnética (K) e traduções manuscritas em português (T); Tradutor: A.N. Pocolá.

K/T 320 – Demba e Yaya Sambakan. Fadjakunda/Birkama, 18-23.1.91.

Monodjo Mankal Sano. 22-26.1.91

Fatu Danfa. Fadjakunda/Birkama, 26.1.1991.

N'Fale Mané: Fadjakunda/Kikande, 26-28.1.91.

b) *Mansoa e Oio (Kuntoe)*: Série de textos 300-319, 1988/1990. Gravações em fita magnética (K) e traduções manuscritas em Português (T); Tradutor: A.N. Pocolá.

K/T 301 – Kidon M'Mossa. Yala N'Ture/Fôs, 16.7.1988.

K/T 302 – N'Fedande Ofsehe. N'Djimba/Fôs, 10-14.7.88.

K/T 302/B – M'Bana N'Kumba. N'Djimba/Fôs, Julho 1988.

- K/T 303 – Asmando Natumbe, N'Fedande Ofsehe. N'Djimba/Fô's, 15.7.1988.
- K/T 305 – Nhok N'kebi. N'Djimba/fô's, 16.7.1988.
- K/T 306/A – Kidon M'Mossa. Yala N'Ture/Fô's, 17.7.1988.
- K/T 306/B – N'Fedande Ofsehe. N'Djimba/Fô's, 17.7.1988.
- K/T 310 – M'May. N'Tchasse, 3.10.1988.
- K/T 312 – Kidon M'Mossa. Yala N'Ture/Fô's, 26.10.1988.
- K/T 313 – N'Kitche Barra, Yala M'bana. Quinhaque, 14.2.1989.
- K/T 314 – Sanha N'Dom, Barbosa N'Kekide, Tuke Yala. Enfan-dre/Enchane, 22-29.5.89.
- K/T 315 – Tuke Yala, N'Fedande Ofesehe. N'Djim'ba/Fô's, 25-27.5.89.
- K/T 316 – Ghela N'Dake, N'Lambe Kebe, Kitchel Kibetcha Nhanke. Dame-Mil, Bissorã, 3-4.1.90.
- K/T 318 – Kubanba Caetano, Armando Sanha. Dame-Mil, Bissorã. M'Bane Nhane. Pete, 18-20.3.90. M'Bole Ouade. Patche, 23.3.1990.

c) *Quínara*: Série de textos 200-240, 1987-1988. Gravações em fita magnética (K) e traduções manuscritas em português (T): Tradutor: Pedro N'Fumba.

- K/T 202/A – Benham Mada Yalam. Iussi, 15.11.1987.
- K/T 305 – Sambe Flak. Jabada, 16.12.1987.
- K/T 306 – M'Bunde Sambe. Jabada, 17.12.1987.
- K/T 307 – N'Da Nakatna. Jabada, 19.12.1987.
- K/T 208 – Dam Hoia. Jabada, 17.12.1987.
- K/T 208/B – M'Male Lukga. Jabada, Porto, 18.12.1987.
- K/T 209 – Sida Nhaga. Bissilão, 12.1.1988.
- K/T 210 – N'Bunhe Bikura. Flak-Mil, Bissilão, 12.1.1988.

- K/T 211 – Marate N'Daka. Djufa, 14.1.1988.
- K/T 212 – N'Sab Sanha. Jussi, 15.1.1988.
- K/T 213 – Tchudo Iniamba. Jussi, 20.1.1988.
- K/T 214 – Komba Kumba. Foia, 20.1.1988.
- K/T 215 – N'Tinhina Sanke. Foia, 30.1.1988.
- K/T 216 – Sami Nhaga. Bissássema, 1.2.1988.
- K/T 216/B – Nhibuine Nhake. Bissassema, 1.2.1988.
- K/T 218 – Sumle Donle. Jabada, 10.4.1988.
- K/T 219 – Bake Minga. Jabada, 12.4.1988.
- K/T 220 – Biem M'Bali. Jabada, 4.5.1988.
- K/T 223 – Fenfe Tchongo. Jussi, Abril 1988.
- K/T223/B – M'Male Lukga. Jabada, Abril 1988.
- K/T 231 – Biem Sambe Nawalna. Flak-Mil, Bissilão, 22.6.1988.
- K/T 238 – Fenfe Tchongo. Jussi, 30.7.1988.
- K/T 238/B – Bigla N'Tunke. Tite de Baixo, 1.8.1988.
- K/T 239/A – Bidan N'Tchami. Tite de Baixo, 30.7.1988.
- K/T 239/B – Francisco da Silva. Tite de Baixo, 30.7.1988.

d) Leste da Guiné-Bissau (Mandingas): Série de textos 400-421, 1988.
Gravações em fita magnética (K) e traduções manuscritas em português (T): Tradutor: A.Y. Sissé.

- K/T 401 – Babael Mané. Contuboel, 11.13.1.88.
- K/T 404 – Jali Keba Sussego. Bissau, Jan. 1988.
- K/T 405 – Malam Ture, Arafam Braima Sissé. Kansanimam, Março 1988.
- K/T 411-15 – Ibraima Koba Kassama. Bijine, 5-15.10.88.
- K/T 416-21 – Malam Kalissa. Gabu-Sara, 16-25.10.88.

ABREVIATURAS

ANS: Archives Nationales du Sénégal, Dakar.

NCGHSOAF: Bulletin du Comité d'Études Historiques et Scientifiques de l'Afrique Occidentale Française.

BCGP: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa.

BIFAN: Bulletin de L'Institut Fondamental d'Afrique Noire, Dakar.

CEA: Cahiers d'Études Africaines, Paris.

CEGP: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

EHESS: École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

HA: History in Africa.

JAH: Journal of African History, Londres.

LC: Lemos Coelho, F. de (1669, 1684/1953).